

ATO 34

AT. 34

**MULHERES CHEFES DE AGREGADO FAMILIAR:  
VIÚVAS, DIVORCIADAS, CASADAS E SOLTEIRAS –  
SUAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS  
E SUAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA**

O caso dos bairros de Inhamudima e Matacuane, cidade da Beira

Projecto de investigação apresentado em cumprimento parcial dos  
requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em  
Antropologia pela Universidade Eduardo Mondlane

Por

**ROGÉRIO N. MEMBAWAZE**

Supervisora:

**Prof.<sup>a</sup> Doutora ANA MARIA LOFORTE**

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

U.E.M. - UFIGS
R. E. 4623
DATA 20/07/05
AQUISIÇÃO <i>Oferta</i>
COTA ATO - 34

*Quero*

## DECLARAÇÃO

Declaro que este Trabalho de Fim de Curso (Projecto de investigação) nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

## AGRADECIMENTOS

É com muito apreço que me dirijo à Prof<sup>a</sup> Doutora Ana Maria Loforte, para exprimir a minha gratidão pelo apoio desmedido que me prestou, na qualidade de minha supervisora, mas também como minha docente. Sem ela não teria sido possível chegar ao dia de hoje, dia em que diante de académicos, colegas e convidados ponho à prova os cinco anos de aprendizagem.

Quero igualmente dirigir-me aos meus professores, para manifestar a minha profunda gratidão pelos esforços que fizeram por mim, desde o 1º Ano até ao 5º Ano, com muita abnegação e paciência, suportando as minhas incongruências no processo de aprendizagem, ensinando-me a olhar para o habitual de forma metódica e científica.

Guiado pelo espírito de que ninguém se basta a si próprio, tenho a obrigação moral de não me esquecer dos meus colegas de carteira, com quem caminhei na busca do saber e pensar académicos. A todos eles vão os meus profundos agradecimentos.

Particular agradecimento devo dirigir à Direcção do meu sector de trabalho e aos colegas de trabalho pela compreensão que sempre tiveram, fazendo por mim, e sempre que fosse necessário, as minhas obrigações.

E para terminar, quero tornar extensivo o calor e a estima que aqui deixo à Direcção do Conselho Municipal da cidade da Beira, na pessoa do senhor Maite; às direcções administrativas dos dois bairros onde fiz as entrevistas e de forma muito especial quero agradecer a todas as entrevistadas, pois sem elas não seria possível levar a bom termo este projecto de fim de curso, a todas elas muito obrigado.

## DEDICATÓRIA

Dedico este meu trabalho de fim de curso à minha família, particularmente à minha mulher Mimososa Ferraz Florêncio Começar, aos meus filhos Flora, Berta, Rogério jr., Ferraz e Charina.

Deles tenho um profundo reconhecimento pelos dias e noites de privações, pois quando me queriam perto deles, para partilhar aquele calor, aquele carinho contagiantes, por vezes, isso não era possível, por causa do peso das minhas obrigações académicas que sempre me absorveram a maior parte do tempo, durante os cinco anos de curso.

Pelo sacrifício a que estiveram expostos durante os cinco anos de minha formação académica, vão os meus sinceros agradecimentos e fica, desde já, a esperança de que melhores dias virão.

## Resumo

A situação de instabilidade sócio-económica resultante principalmente da guerra de 16 anos, seguida depois dos efeitos do Programa de Reabilitação Económica (PRE), associados aos factores naturais, criaram condições para surgimento de rupturas do tecido sócio-cultural da sociedade moçambicana e por consequência muitas famílias ficaram desestruturadas. Algumas delas são monoparentais femeninas.

O objectivo do nosso estudo é analisarmos as características sociais, as estratégias e o conhecimento das lógicas adoptadas pelas mulheres chefes do agregado familiar, para sua sobrevivência.

Uma das hipóteses definidas para este trabalho é que a condição sócio-económica, o nível de escolaridade, a idade e a experiência pessoal das mulheres chefes do agregado familiar têm uma relação directa com a natureza das estratégias que definem a sua sobrevivência.

Entrevistámos 30 mulheres que depois agrupámo-las em quatro categorias sociais, nomeadamente das viúvas, das divorciadas, das solteiras e das casadas.

As nossas conclusões preliminares mostram que estas mulheres, nas quatro categorias sociais, constituem uma realidade pluridimensional, pois tudo depende das condições criadas pela dinâmica de uma economia de mercado como a nossa e pelas redes sociais que estabelecem a vários níveis na sua luta pela sobrevivência.

## LISTA DE ANEXOS

1. Mapa
2. Guião das entrevistas
3. Lista dos entrevistados

## Sumário

Assunto	Página
1. Introdução	1
2. Motivação	3
3. Objectivos	4
4. Quadro teórico	4
5. Revisão da literatura dos conceitos	7
6. Problemática	24
7. Hipóteses	31
8. Procedimentos metodológicos	32
9. Resultados preliminares	34
• caracterização e enquadramento	
• geográfico da cidade da Beira	34
10. Caracterização sócio-cultural das mulheres chefes de agregado familiar	36
• Perfil social das quatro categorias	36
11. Relações de poder desenvolvidas no contexto de família	43
12. Natureza das estratégias de sobrevivência	47
• Estratégia de sobrevivência e o recurso às redes sociais	50
• C/ base na vizinhança	52
• C/ base no parentesco	56
• Outras estratégias desenvolvidas	59
• A assistência social do Estado	60
13. Conclusões preliminares	64
14. Bibliografia	69

## 1. INTRODUÇÃO

O presente projecto é um trabalho de fim do curso que tem por base uma investigação preliminar sobre a problemática das **mulheres chefes de agregado familiar**. O que pretendemos neste projecto é dar início a uma reflexão questionando-nos, especificamente, sobre **as características sociais e as estratégias que estas mulheres adoptam para a sua sobrevivência num contexto peri-urbano**.

Para o efeito, foram considerados os conceitos seguintes: género/relações de género, poder, acesso e controlo de recursos, família, chefes de família, troca matrimonial, identidade social e sector informal, por pensarmos que são indispensáveis para análise e compreensão do nosso problema.

O fenómeno das mulheres chefes de agregado familiar (viúvas, divorciadas, casadas<sup>1</sup>, e solteiras), em Moçambique é uma realidade que no âmbito das relações de género tem suscitado acesos debates no meio académico e extra-académico, sendo no primeiro onde se pretende buscar explicações teórico-científicas das suas multifacetadas manifestações.

Da pesquisa bibliográfica exploratória, inferimos que o volume de produções literárias sobre as mulheres, principalmente, no que respeita às relações de género ainda está aquém de abranger as especificidades das mulheres nas quatro categorias aqui tratadas, em extensão e profundidade, de modo a que se tenha a real imagem deste fenómeno social.

Durante a dominação colonial foi-nos imposta uma historiografia, no sentido de que tivéssemos uma "visão de mundo" de acordo com os interesses coloniais que desembocavam na reprodução do sistema colonial. Os estudos realizados nesse período sobre a realidade social são estudos etnográficos descritivos, por exemplo, relatórios e monografias efectuados no âmbito de política da administração colonial.

---

<sup>1</sup> Com os cônjuges temporariamente ausentes para as minas da África do Sul ou a trabalhar em noutras cidades do país.

Nesta "nobre" missão estavam envolvidos os missionários, os antropólogos e administradores. O objectivo destes estudos não visava o desenvolvimento social e económico dos moçambicanos e muito menos das mulheres que sofriam duplamente. Quer dizer, eram elas as produtoras de produtos agrícolas que eram exportados e a outra parte vendida localmente, para além da indispensável porção que ficava para a sua sobrevivência, isto é, eram também elas que garantiam a reprodução social da força de trabalho empregue nas várias frentes da economia colonial.

Por outro lado, eram elas que tinham de lidar com as tarefas domésticas, desde a maternidade passando pela educação dos filhos até à produção agrícola para garantir o mínimo necessário para a sobrevivência da família.

Em termos de universo temporal do estudo, tivemos em consideração apenas o período pós-independência, isto é, a situação das mulheres chefes de agregado familiar no período compreendido entre 1975 e 2002. No entanto, o período precedente, ou seja, antes da independência nacional (25 de Junho de 1975), serviu, algumas vezes, de base de sustentação dos nossos argumentos em termos comparativos, no que concerne àquilo que tem sido a real imagem das mulheres em Moçambique.

## 2. MOTIVAÇÃO

A situação de instabilidade social e económica provocada pela guerra de 16 anos, associada aos efeitos do Programa de Reabilitação Económica (PRE), adoptado pelo governo moçambicano, com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) e ainda aos factores naturais, tais como as cheias, as secas, os ciclones, as doenças endémicas e epidémicas, etc., provocaram enormes rupturas no tecido sócio-cultural da sociedade moçambicana e, por consequência, muitas famílias ficaram desestruturadas, processo que foi acompanhado pela eclosão de movimentos migratórios no sentido campo – cidade, em busca de refúgio e, também, de melhores condições de vida.

Os desequilíbrios estruturais verificados tanto no lugar de partida como no de destino, não raras vezes provocaram e encorajaram o surgimento das quatro categorias sociais de mulheres mães constituindo famílias monoparentais, ou seja, viúvas, divorciadas, casadas (com os maridos temporariamente ausentes) e solteiras.

O interesse em analisarmos a lógica das relações que as unidades domésticas estabelecem entre si e no interior destas, entre os membros, enquanto unidades domésticas monoparentais, constituiu a nossa motivação. O nosso questionamento sobre como é que cada uma destas quatro categorias conduz o processo interactivo entre si e com outros actores sociais na luta pela sua sobrevivência; quais as características sociais subjacentes a estas mulheres; como ultrapassam os constrangimentos que o dia-a-dia lhes impõe, uma vez "únicas" provedoras do sustento; foram estas as questões que suscitaram o grande interesse pelo tema que comporta o presente trabalho de fim do curso.

### 3. OBJECTIVOS

O objectivo geral do presente projecto de pesquisa é a análise das características sociais, das estratégias e o conhecimento das lógicas adoptadas pelas mulheres chefes de agregado familiar, para a sua sobrevivência.

O objectivo específico consiste em procurarmos compreender a dinâmica das redes de solidariedade e as dimensões dos processos de construção social das identidades destas mulheres, tendo em vista a sua sobrevivência e a dos seus dependentes, num contexto peri-urbano – **O caso dos bairros de Inhamudima (Chipangara) e Matacuane- arredores da cidade da Beira.**

#### 4. QUADRO TEÓRICO

A perspectiva teórica adoptada para a realização do presente projecto de pesquisa é a weberiana que privilegia a acção social, à luz da tradição compreensiva.

As características sociais, as estratégias e as lógicas adoptadas pelas mulheres chefes de agregado familiar, nas quatro categorias sociais, objecto do nosso estudo, pensamos que implicam haver, no seio destas, entre si, e estas com o exterior, um processo interactivo que pode ser atravessado ou integrado por vários elementos que o adequam à realidade específica de cada uma delas, conforme a natureza de estratégia definida quer individualmente, quer colectivamente.

Partimos do princípio de que cada uma das mulheres, nas quatro categorias sociais aqui consideradas, no processo de luta pela continuidade da unidade doméstica, desenvolve um conjunto de acções tendentes a encontrar nas outras mulheres e noutros indivíduos, enquanto actores sociais, a vários níveis, a sua realização, isto é, não se bastando a si próprias, elas se envolvem em redes pluridimensionais de modo a prover-se do indispensável para sua sobrevivência.

Se a teoria de acção de Weber tem muito a ver com o sentido que damos às nossas acções, com o que esperamos dos outros em função dos quais intentamos as nossas acções, ganha pertinência a adopção por nós desta perspectiva, na medida em que pretendemos, em última instância, captar a subjectividade das acções destas mulheres, já transferida para o concreto, para o observável; de acordo com as suas expectativas, os seus desejos, enfim, de conformidade com a reciprocidade implicada, neste caso, nas suas relações sociais interpessoais e entre grupos.

Como mostra Julien Freund<sup>2</sup>, os seres humanos regulam os seus comportamentos em relação uns com os outros.

---

<sup>2</sup> In Revista do Instituto de Ciências Sociais de Universidade de Lisboa, terceira série, vol. XXIII. N<sup>o</sup>95. 1987-1<sup>o</sup>

Freund, inspirado na perspectiva weberiana de acção social, defende que: "... enquanto o facto é independente dos agentes, a relação social é o produto duma actividade, autónoma ou não, dos indivíduos que dão um sentido ao seu comportamento na base de certos valores pessoais ou colectivos. Enquanto o facto social é explicável pela anterioridade, por um facto precedente, a relação social explica-se mais ainda pelos fins que os homens procuram atingir".

Simmel e Pareto, citados por Freund (Op cit. p:8), seguem caminho análogo, desta feita procurando, o primero, substituir a noção de facto pela de acção recíproca (*wechselwirkung*) e o segundo pela de dependência mútua.

E se, de facto, o que pretendemos analisar e entender são as relações sociais de grupos de mulheres, chefes de agregado familiar, portanto, em famílias monoparentais, à luz de um quadro teórico-conceptual, pensamos que a abordagem weberiana fornece-nos, nesse sentido, os instrumentos adequados para o efeito, na medida em que ela, segundo nos diz Freund e muito bem, nos leva a entender que "... a compreensão é um acto intelectual que se funda nas interpretações, em função do sentido dos objectivos dados aos actos apreendidos em geral, de um modo aproximativo, e não certo e unívoco."

As quatro categorias sociais das mulheres, enquanto actores sociais, lutam no dia-a-dia pela sua realização como indivíduos, pela sua plenitude dentro de um sistema de valores culturais que orienta os seus desejos, as suas aspirações e, por conseguinte, o sentido das suas acções.

Concordando com Freund, que cita Weber, Simmel e Pareto, estas mulheres lutam pela sua afirmação, sobrevivência, num processo de acumulação de "experiencia (...) feita de antagonismos, de conflitos e de desequilíbrios." (idém:11).

Segundo Galliano, A. G.(1981:7) também da tradição compreensiva de Weber, "... por meio de suas acções se estabelecem múltiplas relações entre os indivíduos, na medida

em que as ações de uns afectam outros e os levam a também agir. Nessa medida a ação individual assume característica de ação social.”

As mulheres, nas quatro categorias sociais, assumidas como um grupo, sob o ponto de vista sociológico, desenvolvem uma rede de relações entre si, entanto que “membros dos agrupamentos humanos organizados”.(idém: 9). Portanto, apreender e analisar as características sociais, as estratégias e as lógicas de luta pela sobrevivência destas mulheres e dos seus dependentes, significa reconhecer de forma explícita a existência da chamada “ lei de reciprocidade<sup>3</sup>” que impera de algum modo em todas as relações de interdependência humana, o que em weber encontra substância.

## **5. REVISÃO DA LITERATURA DOS CONCEITOS**

Conforme nos referimos na nossa introdução, temos um acervo de conceitos operatórios principais que nos ajudaram a dar resposta à nossa questão de partida e que por força do rigor metodológico, para este trabalho, impos-se-nos a sua explicitação. Isto porque estes conceitos que se seguem são, como dissemos, fundamentais para analisar a problemática das mulheres chefes de agregado familiar.

### **5. 1. GÉNERO/RELAÇÕES DE GÉNERO**

Os conceitos de género e relações de género são instrumentos fundamentais para descrever e analisar desigualdades entre homens e mulheres. As relações de género são moldadas por valores/normas culturais, sociais e económicas e estão sujeitas à mudança quando estas normas mudam (COLLIER, E. 2001: 4).

Quanto ao conceito de género em si, “refere-se às relações entre os homens e as mulheres que emergem do papel que lhes é atribuído pela sociedade. É diferente de sexo

---

<sup>3</sup> É a obrigação de dar e contra-dar, isto é, entre duas ou mais pessoas comprometem-se a prestar apoio mútuo através de oferendas, serviços, cerimónias, etc., de acordo com Marcel Mauss ( 1950), inspirado em Malinowisk. que estudou as sociedades tronbriadezas entre as quais constatou a existência do Kula, por exemplo, fenómeno assente em trocas mútuas intra e intertribais.

que é determinado biologicamente e não muda quanto ao tempo e lugar: Género reconhece que homens e mulheres não têm um papel específico de cultura na sociedade e que são reforçados por pais, professores, pares, cultura, religião, sociedade e leis. Este papel varia em tempo e lugar e é influenciado por muitos factores, tais como etnicidade, área e classe." (id., p.10).

Segundo SCOTT (1989:4), "o género se torna, aliás, uma maneira de indicar as construções sociais, uma criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios de homens e de mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjectivas dos homens e das mulheres. O género é segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado."

Este conceito de género é útil para os propósitos deste projecto de investigação pelo simples facto de permitir, tal como outros conceitos aqui definidos, ter uma visão de conjunto sobre as diferenças existentes, por força da cultura ou de políticas macro-económicas, entre os homens e as mulheres quanto às suas capacidades de aceder e controlar os recursos.

## 5.2. PODER

De acordo com Weber (1987:81), poder significa toda a probabilidade de, dentro de uma relação social, impor a vontade própria mesmo contra a resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade.

Weber associa a esta definição dois outros termos conceptuais, provavelmente porque necessários para a compreensão de todas as dimensões que lhe estão subjacentes como um conceito analítico, nomeadamente o de dominação e o de disciplina, sendo que a dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo em dadas pessoas; enquanto que disciplina chamar-se-à a probabilidade de numa multidão dada de homens, encontrar uma obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, em virtude de uma atitude adestrada.

Ainda sobre o conceito de poder, Weber diz que é sociologicamente amorfo, porque todas as qualidades imaginárias de um homem e todas as constelações concebíveis podem colocar alguém na posição de impor a sua vontade numa dada situação.

### 5. 3. ACESSO E CONTROLO DE RECURSOS

De acordo com Collier (Op. cit. p. 11), os indivíduos tem diferentes capacidades para participar em actividades económicas e o nível de pobreza de um indivíduo está ligado à sua medida de acesso aos recursos, controlo sobre recursos produtivos e nível de participação nos processos/estruturas de tomada de decisões políticas.

Este ponto de vista desta autora remete, provavelmente, para a questão das relações de género, pois a desigualdade das relações de género é baseada no facto de que homens e mulheres têm direitos diferentes face ao acesso e controlo dos recursos produtivos, tais como a terra, o crédito agrário, por exemplo, o trabalho; diferentes capacidades de acesso à educação, à saúde, à água e ao saneamento, bem como a outros serviços essenciais para a vida das pessoas. Homens e mulheres têm diferentes estatutos – leis e costumes – atribuem direitos e papéis diferentes.

Por força de leis e normas culturais ou políticas macro-económicas, tem lugar estas diferenças todas que põem homens e mulheres em diferentes níveis e, obviamente, com diferentes capacidades ou possibilidades de aceder e controlar os recursos.

Nesta base de desigualdade entre homens e mulheres que acaba funcionando como medida das capacidades de uns e outros terem acesso e controlo dos recursos, a divisão de trabalho é outro elemento não menos importante que mantém e acentua as mesmas.

Quando se olha para o quadro das tarefas realizadas pelos homens e pelas mulheres num dia, distintamente, pode-se inferir que as mulheres desempenham três papéis, a saber: reprodutivo, produtivo e trabalho da comunidade, estando este último ligado aos

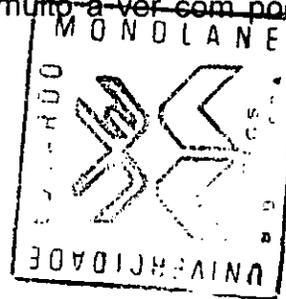
serviços que devem prestar na comunidade ou no bairro, para o bem comum, por exemplo, assegurar a provisão e manutenção de recursos escassos de consumo colectivo, tal como água, saúde e educação. Geralmente este papel é extensão do reprodutivo e é mais notório no seio da mulher rural.

A problemática do acesso e controlo de recursos tem ocupado vários cientistas sociais e por isso não raras vezes têm convergido, de forma consensual, no facto de que o controlo de recursos é correlativo dos poderes políticos. Isto é, "o controlo de recursos de carácter económico-social confere poderes políticos digno de realce aos elementos que o detêm no interior dos agregados familiares". (Ana Loforte & Arthur: Famílias em Contextos de Mudança: 1995:14).

Masinde, citada por estas autoras, na tentativa de clarificar e distinguir os dois termos conceptuais, acesso e controlo dos recursos, propõe-se estabelecer a separação analítica entre os dois termos pondo-os em relação com o poder. Para esta autora enquanto "access may imply a lower state of ability to get to and use a resource, control implies a power position. Access will refer to the ability of the individual to use productive resources. This includes ideological, conceptual and physical access to credit, for instance, but have a negative ideological disposition to the acquisition and use of certain types of credit". (Idém).

A mesma autora, ainda na obra de Loforte & Arthur, no que concerne ao controlo, diz o seguinte: "control will refer to the implicit and explicit power vested in the individual or collective to actually manage the inflow and outflow of the relevant resource of its output. In this regard, it is possible to have access to and not have control over resources".

Esta distinção analítica de Masinde, com a qual estamos de acordo, não só porque permite compreender os níveis de intervenção de cada um dos dois conceitos, mas também porque permite compreender que nem sempre ter acesso aos recursos implica necessariamente ter o controlo efectivo deles. O controlo tem muito a ver com poder e



autoridade. O acesso pode ser associado com uma autonomia política e económica, pois leva a uma escolha individual e colectiva.

Elson que é também citada por Loforte & Arthur, no que respeita à mulher sugere a necessidade de distinguir os agregados familiares em que os elementos femininos exercem funções e possuem uma gestão autónoma dos recursos e aqueles em que estas exercem funções que lhe são delegadas.

Esta é a realidade encontrada no seio das trinta (30) mulheres que foram objecto do nosso estudo, na medida em que tendem, nalgumas situações, a ser autónomas na tomada de importantes decisões que conduzem, quase sempre, a níveis cada vez melhores de luta pela sobrevivência dos seus agregados familiares.

Há pesquisas que foram efectuadas no país sobre a pobreza<sup>4</sup>, por exemplo, o enfoque dessas pesquisas eram as famílias dirigidas por mulheres. As conclusões que tiraram são de que as famílias dirigidas por mulheres não são piores do que aquelas dirigidas por homens.

Será isto verdade? Pode-se assim questionar. No caso vertente, quando se olha para os instrumentos metodológicos usados nestas pesquisas, segundo Collier (Op Cit.p.14), constata-se que se basearam na pesquisa de famílias que utilizam o rendimento e disponibilidade de comida como indicadores básicos, pois supuseram que os recursos são partilhados de uma maneira igual entre os membros da família, o que não corresponde à verdade, no que se refere ao acesso e controlo de recursos pelas famílias, na medida em que tem muito a ver com as relações de género que são caracterizadas, pelo menos em Moçambique, por serem fortemente de desigualdade.

A partir desta realidade pode inferir-se que estas pesquisas não definem, exactamente, o nível de pobreza entre os diferentes membros de famílias. Isto requereria uma análise da

---

<sup>4</sup> Conforme Edda Van den Bergh-Collier (2001), que fez estudos de género sob o título "Em direcção à Igualdade de género em Moçambique – um perfil de relações de género.

situação real de quem tem acesso e controlo dos recursos, quem controla o trabalho da família, desigualdades e restrições de divisão de trabalho do género tradicional, desigualdades no consumo e gastos familiares.

E para o caso do nosso propósito, entendemos que as (30) mulheres chefes de agregado familiar, nas quatro categorias sociais, procuram, a todo o custo, ter acesso e controlo dos poucos recursos de que se dispõem, para fazer face a um conjunto de necessidades cada vez mais crescentes.

No entanto, há que reconhecer que em sociedades de filiação patrilinear como é o caso das (30) mulheres que foram objecto do nosso estudo, notam-se algumas ambiguidades no que respeita à capacidade de estas mulheres poderem ou não impor a sua vontade, uma vez chefes de agregado familiar; poderem ou não tomar importantes decisões dentro do agregado familiar, poderem ou não controlar os recursos escassos para a reprodução social da família.

Estas e outras questões se levantam à luz do modelo tradicional de que aos homens sempre coube o papel impositor de valores e normas, cabendo às mulheres, quando muito, à capacidade de persuadir e manipular esses mesmos valores e essas mesmas normas.

Este é um ponto de vista desta autora. O nosso e para efeitos deste projecto de investigação, tomamos as quatro categorias sociais de mulheres chefes de agregado familiar, já acima descritas, como sendo únicas provedoras do sustento e por isso mesmo elas procuram adaptar-se a mudanças situacionais, ou melhor, a circunstâncias conjunturais para aceder a recursos que lhes permitam manter o controlo das suas unidades domésticas. No entanto, este exercício tem muito a ver com a experiência pessoal de cada uma delas, a interacção com outros actores sociais, a vários níveis, que entram como importantes ingredientes para uma visão de conjunto.

#### 5. 4. FAMÍLIA

O conceito de família subentende o de agregado familiar que, segundo Loforte e Arthur (1995), normalmente implica mais do que co-residência, refere-se a um grupo de pessoas que desempenham em conjunto funções domésticas, sobretudo cooperação económica e socialização das crianças.

Estas autoras, com quem estamos de acordo, distinguem na família os grupos co-residenciais das funções domésticas. Para elas, pessoas que coabitam nem sempre desempenham funções domésticas em conjunto; e pretendem mostrar que às vezes os grupos de pessoas que não coabitam desempenham colectivamente funções domésticas.

Em relação ao mesmo conceito de família, Marc Augé (1978:49), diz-nos o seguinte: "o termo família, utilizado sem qualquer outra qualificação, designa habitualmente um grupo social que compreende, no mínimo, um homem e uma mulher unidos pelos laços socialmente reconhecidos e mais ou menos duradouros do casamento e um ou vários filhos nascidos desta união ou adoptados".

Para este autor, existe a família restrita e família lata ou extensa. A família restrita que também chama de elementar ou nuclear, é formada, fundamentalmente, por um homem e sua esposa mais os filhos. Enquanto que a família lata ou extensa pode compreender duas ou mais famílias nucleares, por exemplo, a família polígina.

Para Osório (1998: 65)<sup>5</sup>, a família é um lugar de cooperação (de cooperação/conflicto) e de partilhas, onde pessoas de gerações diferentes, partilham um espaço, partilham um orçamento, partilham trabalho, partilham afectos (...), cuja função principal é a reprodução biológica.

Das perspectivas peculiares a cada autor aqui referenciado acerca de como define o conceito de família, fica claro o facto de que em todos eles é consensual que a família

---

<sup>5</sup> In: Relações de Género em Moçambique.

compreende uma união conjugal de duas pessoas, inicialmente, e depois aparece a prole que, como nos diz Osório, é a função principal. Isto é, um acto entendido como sendo a condição necessária para continuidade do grupo de parentesco, da linhagem e da sociedade em geral.

Andrade (op.cit p.43), define a família de acordo com o direito moçambicano segundo o qual, a família é um produto de relações entre pessoas ligadas por vínculo tais como casamento, parentesco, afinidade e adopção.

As dimensões casamento, parentesco, afinidade e adopção não são mais do que referentes culturais apontados por maioria dos cientistas sociais, sobretudo, antropólogos e sociólogos, como sendo a base de organização social de quase todas as sociedades humanas, muito embora alguns autores defendam que estes referentes culturais se revestem de características específicas subjacentes às sociedades ditas primitivas.

Para Chiara Saraceno (1997:12), "... a família revela-se como um dos lugares privilegiados de construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais."

Esta autora ao definir o conceito de família nestes moldes, procura dar a entender que é no seio da família que se dão os factos da vida culturalmente construídos, mas que por parecerem mais naturais do que culturais, estes (factos) passam despercebidos ( como factos sociais) ao nível do comportamento cognitivo dos indivíduos que comungam da mesma cultura, julgando-os dádiva da natureza e não da cultura. Por exemplo, a morte, o crescimento, o envelhecimento e a procriação dos indivíduos são factos da vida postos à disposição da experiência individual e /ou colectiva pela família.

Para Saraceno a família é constituída por uma estrutura que não é consubstanciada pelo número dos seus membros, mas sim pelo tipo de laços que se estabelecem entre os membros do que ela chama de 'convivência'. Tais laços podem ser constatados ao nível de afinidade e de consanguinidade; ao nível de casamento e de descendência.

Laslett (1977), citado por Saraceno, estabeleceu quatro categorias fundamentais de estrutura de convivência familiar, nomeadamente:

- Os grupos domésticos chamados 'sem estrutura', isto é, sem claras relações nem de sexo nem de geração. Nelas estão compreendidos geralmente quer a convivência de amigos quer aqueles que vivem sozinhos.
- Os grupos domésticos 'simples', compostos quer pelos pais com os filhos quer por um único progenitor com os seus filhos, quer pelo casal sem filhos.
- Os grupos domésticos 'extensos', compostos, não só pelos membros da família 'simples', mas também por parentes ascendentes ( um avô ou uma avó), descendentes (um neto) ou colaterais ( um irmão/irmã do marido/ da mulher).
- Os grupos domésticos 'múltiplos' em que existem vários núcleos conjugais, vários casais com os seus filhos. Estes grupos, ainda segundo Laslett, articulam-se ulteriormente conforme os tipos de ligações ao longo do eixo geracional que passa pelos diferentes núcleos: frêrèches em que todos os irmãos casados vivem juntamente com as suas famílias e assim por diante.

Saraceno procura enfatizar a família, no sentido em que é vista como um núcleo donde começa a parentela que se alastra quer seja por via uterina, caso em que a filiação é garantida pelo sexo feminino; quer por via agnática ou paterna, caso em que a filiação é transmitida pelo sexo masculino. Portanto, de forma ininterrupta a continuidade dos grupos de parentesco e, por consequência deste, da sociedade em geral é assegurada pela família.

Ainda Saraceno, lembra que a parentela começa, acima de tudo, com a aliança que se estabelece entre dois grupos que se prescindem dos seus membros (de sexos opostos), para formar uma nova família de onde vai sair a necessária prole em consequência da

qual produzem-se netos, avôs, tios e por aí adiante, dando azo ao alargamento da parentela e perpetuação dos grupos.

## 5. 5. CHEFE DE FAMÍLIA

Como nos referimos mais acima, o objecto do nosso projecto de investigação é a análise das características sociais e das estratégias adoptadas pelas mulheres chefes de agregado familiar.

Quer dizer, a estas mulheres cabe a grande e "pesada" responsabilidade de garantir a reprodução social da família, isto é, garantir que as crianças, os adultos e não raras vezes os ascendentes já velhos, tenham de comer, de vestir, de cobrir e para o caso de menores em idade escolar, procurar dinheiro para as matrículas, os livros, etc. Tudo isso é tarefa desta mulher que se vê obrigada a ocupar-se ora do espaço doméstico, ora do público.

Em termos de estratégias adoptadas por estas mulheres, entedida estratégia como uma forma ou meio que se adopta para se alcançar um determinado fim ou objectivo que pode ser económico, político, religioso, etc., diríamos que estas famílias não estão isoladas. Elas tecem um conjunto de relações sociais, muitas vezes, ininterruptas para garantir a continuidade do grupo nuclear, através de mecanismos específicos de reprodução social.

Tais relações sociais são estabelecidas não só com membros consanguíneos ou afins, mas também com os vizinhos, os amigos, com a estrutura política do bairro, com a sua igreja ou seita religiosa, com o Estado, bem como com outros actores sociais, a vários níveis, da sociedade em geral. O mesmo sentimento de solidariedade é também manifestado, de forma particular, entre membros das famílias monoparentais. Isto é, a estratégia de subsistência é presidida, a este nível, por um processo de entreaajuda cada vez mais forte.

No entanto, estas famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, nem sempre são uniformes, em termos de complexidade e estratégias adoptadas para sua sobrevivência. Não só, como também em termos de estabilidade sócio-económica. Pois, há tendência, por parte de alguns teóricos, para associar, como nos dizem Loforte e Arthur (1995), à pobreza. Portanto, o número cada vez mais crescente de mulheres chefes de famílias é proporcional à propagação da pobreza, sobretudo, na periferia dos países desenvolvidos.

Segundo Rosenhouse, citado por Loforte & Arthur (1995: 9), o uso indiscriminado da expressão 'female headed-household' traz problemas conceptuais. Isto porque estas famílias chefiadas por mulheres solteiras não são homogéneas e nem estão em situações de desvantagem.

O mesmo autor faz também notar que o conceito de chefe de família continua vago ou então coexistem definições diferentes, por exemplo, um homem 'chefe de família' e uma mulher 'chefe de família', querem dizer coisas diferentes: quando um homem é chefe de um agregado familiar, pressupõe-se estar em presença de uma família composta pelo casal, sendo o homem o seu chefe; no outro caso, está-se certamente perante uma família monoparental.

Loforte e Arthur definem o termo chefe como estando associado ao indivíduo que de forma regular está presente na casa e a quem cabe a responsabilidade de tomada de decisões inerentes aos assuntos pertinentes da família, isto é, a autoridade deste ou desta chefe de família é preponderante para casos de resolução de problemas, tais como o sustento de todos os membros, em caso de ser o único provedor, e mesmo quando há mais membros com certo rendimento, este não deixa de ser um elemento "indispensável" na redistribuição social e programação de todo um conjunto de relações sociais que concorrem para a necessária estabilidade social da família.

Falar de chefias de famílias monoparentais é falar de um conceito analítico que se liga, indubitavelmente, a um outro, já acima tratado, o de género que, também, como uma categoria analítica pode assumir, como acima nos referimos, diferentes significados

conforme os fins que se pretendem atingir, por parte de quem está a pesquisar e não só, como também tem muito a ver com a especificidade de cada contexto em que se desenrolam os processos de interacção entre homens e mulheres e que no caso concreto estes processos acabam sendo configuradores de relações de género desiguais. Isto é, as relações de género são entendidas como sendo também de poder.

## 5. 6. TROCA MATRIMONIAL

A pertinência deste conceito reside no facto de permitir entender que a teia de relações sociais pode desenvolver-se no sentido divergente ou convergente, como nos diz Barnes, e que as alianças que se formam entre dois ou mais grupos exogâmicos podem constituir um dos substratos em que podem surgir, desenvolver e expandir-se importantes elos de relações sociais para alimentar multifacetados fins individuais e/ou sociais:

De acordo com Marc Augé (1978:38), "fala-se de troca matrimonial quando se considera o casamento não apenas como uma instituição que define uma relação entre dois indivíduos, atribuindo um estatuto aos seus descendentes, mas numa perspectiva mais estrutural – e mais global – como um processo que envolve (no mínimo) dois ou mais grupos exogâmicos numa rede de relações de trocas matrimoniais que engendram e tecem a trama das relações sociais (as relações de troca, stricto sensu, e as relações de parentesco por alianças matrimoniais) que constituem os alicerces da sociedade global".

Com esta perspectiva de Marc Augé, fica claro que sempre que se trata de trocas matrimoniais, o que tem que ocupar as atenções de quem quer que seja, numa perspectiva de análise deste facto social, não "é já os costumes ligados ao casamento, mas os princípios que presidem ao processo de circulação das mulheres entre os grupos".(idém).

Em nosso entendimento, trocas matrimoniais são um conjunto de valores simbólicos, materiais, espirituais, religiosos e, acima de tudo, económicos que intervêm no estabelecimento de uma união conjugal entre dois indivíduos que pertencem a grupos de

parentesco diferentes ou de diferentes filiações. Quer dizer, elas (as trocas matrimoniais) estão sujeitas a cerimónias rituais extensivas a "todos os membros" de ambos os grupos nelas implicados e, geralmente, em dois momentos.

Num primeiro, os grupos, ora em aliança matrimonial, representados pelos seus membros previamente indicados juntam-se aos doutro grupo, o da noiva, para a formalização da aliança (entrega do lobolo) precedido de rituais próprios para esses momentos. E o segundo momento é já caracterizado pela festa que a ocasião proporciona nos dois grupos em separado, isto é, o grupo da noiva fica em festa pela "partida" da sua filha para um novo lar; e no grupo do noivo também se festeja pelo mesmo motivo.

De notar que estes dois momentos ocorrem ou podem ocorrer independentemente de tipo de residência, isto é, o sentimento que se tem é provocado, de facto, pela partida deste membro que vai formar novo lar, no caso do noivo; e pela partida da noiva, sem querer isto significar que não pode acontecer que os noivos, em termos de residência, optem por neolocalidade<sup>6</sup> ou por um outro tipo de residência. Porque, geralmente, no meio rural o assunto de residência é para mais tarde e envolve critérios ligados à matri ou patrilocalidade.

Lévi-Strauss, citado por Marc Augé, distingue dois grandes tipos de trocas matrimoniais: a troca restrita e a troca generalizada. Na troca restrita, também chamada directa, é uma relação de trocas recíprocas, isto é, o grupo que pede a outro uma esposa para um dos seus homens oferece, em troca, uma das suas mulheres. Enquanto que na troca generalizada predomina uma relação intermatrimonial entre dois grupos: as mulheres de um dos grupos desposam os homens do outro, e reciprocamente.

---

<sup>6</sup> Segundo Marc Augé, é designação de nova residência separada dos pais e de qualquer grupo de parentesco dos dois.

## 5. 7. IDENTIDADE SOCIAL

Segundo José Madureira Pinto (1991), a produção das identidades sociais implica a imbricação de dois processos: o processo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial (processo de identificação); e o processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identificação).

O que este autor pretende mostrar é que o processo de construção identitária implica inclusão e exclusão dos outros, ao mesmo tempo que leva ao apelo, por vezes, exarcebado, da identificação, isto é, estabelecimento de códigos ou referentes culturais que digam respeito só e somente àquele grupo e não ao outro e que chama a si, permanentemente, estes traços distintivos.

Pinto, na sua definição deste conceito de identidade, põe de lado a perspectiva que ele chama de essencialista, por remeter, provavelmente, a uma visão fixista, estática das coisas, em prol da sociológica, a relacional, a dinâmica que caracteriza a interacção social dos indivíduos, a partir da qual eles (os indivíduos) moldam os seus comportamentos ajustando-os a novos desafios que se lhes impõem no dia a dia.

Este conceito é relevante para o nosso projecto de investigação porque pensamos que o nosso grupos-alvo, enquanto actores sociais, demarcam posições em relação a outros actores sociais que os levam a construir sua identidade social que lhes é peculiar, em relação a outros a outros actores sociais, a vários níveis e estratos sociais.

## 5. 8. SECTOR INFORMAL

Segundo Domingas Nazaré (s/d), o termo sector informal faz a sua estreia nas discussões académicas em conexão com outros como criação de emprego, desenvolvimento económico e distribuição equitativa do rendimento. É um conceito que é aceite por

políticos e investigadores e usado como uma ferramenta de análise dos problemas sociais e económicos nas áreas urbanas.

MacGaffey, citado por Nazaré (s/d), diz que nas sociedades em desenvolvimento, o declínio em espiral das economias oficiais é muitas vezes compensado pelo crescimento de actividades que não constam das estatísticas nacionais .

Há, no entanto, autores, como Hermandó de Soto, também, citado por Nazaré que chama de 'revolução invisível' a esta economia informal que é característica do Terceiro Mundo. Para de Soto, este processo mostra que as pessoas são capazes de violar um sistema que as exclui, não para viverem em anarquia, mas para poderem construir um sistema diferente que lhes garanta um mínimo de direitos essenciais.

Nazaré define, então, a economia informal como consistindo de pequenas unidades económicas e trabalhadores (profissionais e não profissionais) envolvidos em actividades comerciais fora do mecanismo formalmente estabelecido para conduzir tais actividades.

Nazaré aponta para um conjunto do que chama de aspectos positivos e negativos do mercado informal, começando por defender que a complexidade do mercado informal sugere um estudo mais aprofundado desta matéria quanto aos seus mecanismos, considerando não apenas os aspectos negativos, aqueles sobre os quais se atem a classe política, mas realçando sobretudo os benefícios, podendo destacar-se, entre os quais, os seguintes:

- Permite o acesso a bens e serviços essenciais, que representa ao mesmo tempo, meios de sobrevivência para a maior parte da população e melhoria das condições de vida;
- Contribui para o PIB, cobrindo o vácuo e ineficiência de políticas no sector formal;

- Fornece uma contribuição indispensável para a criação de emprego, revelando-se um terreno, de certa forma, propício para a acumulação de capital, bem como constitui um instrumento de distribuição de rendimentos. Além destas características económicas, as pequenas actividades têm também outra vantagem, pois funcionam como uma válvula de segurança ao possibilitar a manutenção duma relativa paz social.
- Tem capacidade de funcionar no meio de uma inflação incontrolada, e num ambiente quase hostil;
- Cria uma nova classe de empresários, capazes de usar pura iniciativa para funcionar numa conjuntura da maior crise económica e social, etc.

Dos aspectos negativos, dentre os quais, podem destacar-se os seguintes:

Contribui para a permanência da instabilidade macro-económica e para a espiral inflacionária resultante da alta de preços em resposta às várias desvalorizações;

Permite a evasão fiscal, reduzindo a receita nacional, a ela (evasão) encontram-se associados o suborno, o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro; entre outros que vão surgindo à medida das novas dinâmicas da vida económica e social de cada país. O sublinhado é nosso.

Para Emília Machaieie<sup>7</sup>, inspirada nos autores como Sandhop (1994), Santos (1994), Fion de Vletter (1992 e outros, o 'sector informal' tem sido alvo de vários debates e não existe até hoje uma definição acabada, na medida em que alguns autores, quando confrontados com esta problemática, limitam-se a apresentar as características visíveis e outros as lógicas subjacentes ao seu surgimento e às suas implicações.

---

<sup>7</sup> Na sua tese de licenciatura, defendida em 1997 na UEM, debruça-se sobre a mulher no sector informal.

Porém, em todos eles há um ponto que lhes é comum: é que todos concordam com o facto de que o sector informal opera à margem das leis vigentes em cada país, sem que os intervenientes estabeleçam relações de trabalho contratuais.

No entanto, esses autores defendem, também, o consenso de que o sector informal varia de contexto para contexto sócio-histórico, isto é, em certos casos ele é inteligível através da dinâmica diferente que o torna mais flexível, assumindo, por vezes, um comportamento mimético<sup>8</sup> dentro de uma determinada realidade social, económica, cultural e política de cada país dos chamados terceiro mundialistas/em vias de desenvolvimento/subdesenvolvidos.

Portanto, devido à essa diversidade de definições do que é sector informal, tem sido hábito definir-se como sendo toda a actividade económica que envolve pessoas, em número insignificante, geralmente variando entre duas e quinze pessoas e que em alguns casos intervem o factor parentesco consanguíneo, afim ou relacional. Isto é, são pessoas ligadas por laços de amizade muito fortes, fazendo da actividade informal a única fonte de sustentação, mas que no fundo esses laços são muito ténues, na medida em que não os ligam às instituições normativas.

Para análise e entendimento das trinta (30) mulheres, chefes de agregado familiar, era importante que nos detivessemos um pouco no conceito de sector informal, na medida em que é nele que parte destas mulheres encontra a sua base de rendimento para garantir o necessário sustento dos seus dependentes. Sem ele, pensamos nós, a compreensão das várias facetas dos factos sociais que se deixam transparecer nestas e noutras mulheres, como actores sociais, não seria possível. Daí a sua pertinência, em nosso entendimento, neste projecto de investigação.

---

<sup>8</sup> Capacidade de poder mudar de parência, segundo o meio envolvente. Neste caso falamos de capacidade de comportar-se em função dos factores situacionais.

## 6. PROBLEMÁTICA

Definimos a problemática pondo o nosso problema em forma de questão de partida, em termos que se seguem: **quais são as características sociais e as estratégias adoptadas pelas mulheres chefes de agregado familiar, nas quatro categorias sociais já acima referidas, para sua sobrevivência, entanto que famílias monoparentais?**

A problematização desta temática implica o recurso a algumas abordagens teóricas ligadas ao feminismo que nos últimos anos tem estado a ganhar terreno, na sua oposição ao determinismo biológico que tem sido usado para justificar a situação de subalternidade das mulheres.

Quer dizer, a relação entre homens e mulheres tende a ser vista como sendo uma relação de dominação/submissão das mulheres pelos homens, à luz das teorias biológicas que dão maior ênfase ao facto de as mulheres serem naturalmente diferentes dos homens e por isso mesmo os papéis de uns e de outros estão naturalmente determinados – **determinismo biológico**.

Esta problemática de género tem suscitado acesos debates em meios académicos. Existem três grandes correntes teóricas que tentam, cada uma a seu modo, dar explicações deste conceito analítico. Por um lado, tem-se a posição do feminismo radical que reduz as diferenças entre os homens e as mulheres ao biológico. Quer dizer, a mulher é como é, faz as coisas como faz, porque assim a fez a natureza; o homem é o que é, porque é assim que a natureza o moldou.

A segunda posição teórica é do feminismo marxista, segundo a qual o lugar e a posição das mulheres deve ser entendida à luz das relações de classe. A propriedade dos meios de produção, o controlo dos mesmos e a posição de força do trabalho, seriam os critérios a usar.

Por último, tem-se a perspectiva teórica militante, situada entre os pós-estruturalistas franceses e os anglo-americanos. Para estes, é importante prestar atenção à heterogeneidade deste termo conceptual de "mulher", à pluralidade das suas identidades e à diversidade. Negam, por isso, o universalismo.

Tendo em conta que a força da tradição construiu ao longo dos tempos a imagem de uma mulher subalterna, encarregue das tarefas domésticas desde o cuidado a dar às crianças até à produção de produtos agrícolas para a necessária subsistência da família, esta mesma mulher, agora em situação de chefe de agregado familiar, se vê obrigada a multiplicar os seus esforços, no sentido de se fazer presente tanto no seu espaço habitual, o doméstico, como no público.

Ela já se vê obrigada a ir à escola dos filhos, para tratar de matrícula, porque se não o faz, os filhos não estudam, e não só, a preocupação começa, muitas vezes, em prover-se do dinheiro para matricular as crianças, vesti-las, para não falar de outros elementos essenciais, se não mesmo indispensáveis, para sua subsistência e reprodução social como uma unidade doméstica.

A mulher socializada a assumir que o homem é uma figura a quem deve todo o respeito, continua com essa imagem mercê da cultura em que nasceu e assim a fez. As relações de género, tanto no meio rural como no urbano, ainda estão aquém de ser compreendidas e assumidas como sendo a necessidade de busca de equilíbrio na partilha de oportunidades, entanto que membros da sociedade em que ambos estão inseridos.

No meio rural, relativamente ao meio urbano, as relações de género continuam a ser caracterizadas por um desequilíbrio mais ou menos assentado, isto é, a figura masculina continua a ser aquela que mais se destaca no exercício do poder.

Por vezes pode existir, por parte dos homens, um reconhecimento, ainda que tácito e expresso noutras ocasiões, de que não obstante estes constrangimentos que pesam

sobre a mulher, ela é uma figura indispensável na tomada de importantes decisões, a vários níveis, quer para a vida da unidade doméstica, quer para a do grupo de parentesco ou da linhagem. É aí que se nota o que Loforte: "Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique : 2000", chama de poder processual (das mulheres)<sup>9</sup>. Quer dizer, as dinâmicas de mudanças operadas na vida das sociedades, em todas as dimensões, tem permitido que as mulheres assumam um outro tipo de postura social, com vista a lutar pela igualdade de direitos.

Estas mulheres chefes de agregado familiar, nas quatro categorias que temos vindo a referir, não vivem isoladas, conforme nos referimos anteriormente. Elas tecem um conjunto de relações sociais com outros actores sociais, por exemplo, com homens e com outras mulheres. Elas não constituem nem tão pouco um grupo homogéneo, fazem parte de classes, etnias, religiões, raças e status entre outros referentes culturais diferentes.

Quando olhamos para o período precedente ao pós-independência que, entretanto, consideramos no presente projecto de pesquisa, porque de capital importância, para efeitos de análise comparativa, constatamos que poucas mulheres tiveram a chance de se afirmarem como tais, uma vez o poder e o seu exercício são construídos no masculino.

A este propósito, Eisler (1991), citada por Isabel Casimiro e Ximena Andrade, sustenta que "a mulher continuou a não ter acesso e controle dos recursos e poder perdendo, em muitos casos o poder que ainda lhe restava, como no caso do acesso à terra, em África manteve-se afastada do desenvolvimento e sem o poder gerir, devido à multiplicidade de tarefas que o modelo de sociedade androcrática lhe destina na esfera doméstica".

As mulheres chefes de agregado familiar, nas quatro categorias sociais que aqui constituem o objecto do nosso estudo, actuam cada uma a seu modo, numa multiplicidade de realidades sócio-económicas e político-culturais. Neste sentido,

---

<sup>9</sup> A autora pretende mostrar, a nosso ver, o reconhecimento algumas vezes incondicional, por parte dos homens, da importância das mulheres na tomada de certas decisões tradicionalmente consideradas apanágio dos homens. Não que o poder processual seja única e exclusivamente vinculado às mulheres.

queremos concordar com Loforte (2000:112, quando diz: "Embora a nuclearização seja uma entre várias estratégias usadas, não é viável para todos. As mulheres viúvas, solteiras, divorciadas constituindo famílias monoparentais, que são em número considerável (...) não têm meios para se manterem sem apoio das redes de parentes que fornecem segurança na ausência de um cônjuge. Para além dos filhos, elas têm a seu cargo outros dependentes que empregam na actividade agrícola e mercado informal, o que traz alguns proventos para a unidade doméstica".

No entanto, não deixamos de lado o reconhecimento de que tal situação foi constatada por Loforte no Bairro de Laulane, onde realizou o seu trabalho de tese. Não obstante este facto, é de referir que o mesmo pode ocorrer em outras regiões do país, tendo em conta que os indivíduos interagem, a vários níveis, e um pouco por todo o lado, na luta pela sobrevivência ou bem-estar social.

O que acontece no seio das mulheres chefes de agregado familiar, no contexto em que levamos a cabo o nosso trabalho de investigação, é que elas, sendo oriundas de unidades domésticas fortemente heterogéneas, procuram adaptar as suas estratégias de acordo com as dinâmicas de momento ou situacionais, isto é, os contextos em que vivem submetem-se a novas dinâmicas em função das mudanças imprimidas quer de fora, quer de dentro, visando o seu reajustamento à nova realidade.

Por exemplo, para as mulheres vendedeiras de produtos agrícolas (tomate, cebola, batata-doce ou rano, alho, etc) quando se escasseiam estes produtos, elas recorrem à venda de lenha e/ou carvão vegetal, para não ficarem paradas e, deste modo, correrem o risco de ficar sem o mínimo indispensável para o sustento seu e dos seus dependentes.

Em torno da figura da mulher em Moçambique levantam-se questões ligadas à violência contra as mulheres em consequência da qual imprime-se nelas o sofrimento que pode ser físico, sexual e, obviamente, psicológico.

Este fenómeno pode associar-se aos três factores já indicados mais acima como estando, também, na origem das mulheres chefes de agregado familiar, na medida em que a mulher submetida a maus tratos pelo seu marido não pode continuar a suportar esta realidade que a tortura física e psicologicamente por muito tempo e acaba por decidir voltar para a sua família de orientação ou opta pelo divórcio, remetendo-se assim a uma nova situação em que ela aparece como única provedora do sustento.

Um outro fenómeno, aliado à problemática das mulheres chefes de agregado familiar é nos posto por Bárbara Isaacman/Stephen (1981:57) nestes termos: "As raparigas muito novas não têm maturidade suficiente para assumir responsabilidades domésticas, na medida em que estes casamentos não estão baseados no amor e respeito entre os esposos, muitas vezes têm como resultado o adultério ou o divórcio".

E a consequência disto é o surgimento de mulheres à frente de famílias monoparentais, mas não de forma homogénea, porque no processo de definição das suas estratégias de sobrevivência intervem factores como idade, principalmente, que, por sua vez, vai condicionar a existência de um acervo de experiências de vida; nível de escolaridade, entre outros; porque quanto maior for o nível de escolaridade da mulher, provavelmente, ela pode ter maiores possibilidades de acesso e gestão dos recursos, contrariamente àquela com baixo nível de escolaridade ou que não possui, enfrentando, por isso, algumas dificuldades no processo de sua afirmação. Daí que a definição das suas estratégias de luta pela sobrevivência obedeça a características educacionais.

Isaacman liga a reprodução das mulheres chefes de agregado familiar, principalmente no período pré-independência, à presença das tropas coloniais por todo o território de Moçambique, pois implicou o aumento da prostituição e com ela o de mulheres em famílias monoparentais.

Com esta perspectiva de Isaacman não concordamos muito, na medida em que este não é o único factor. Existem vários, segundo estudos da OIT sobre género, pobreza e

emprego (1966: 6-8) "... os factores sócio-demográficos e económicos estão na origem de surgimento de famílias monoparentais, dirigidas unicamente por mulheres".

Quando se fala, por exemplo, de factores demográficos quer referir-se ao "estudo estatístico das populações humanas, não só no que diz respeito às suas características numéricas, mas também à fenomenologia que condiciona aquelas características" <sup>10</sup>. Para o caso vertente, os altos índices de nascimentos que se podem verificar em determinado local quer no meio urbano, quer no rural, sendo, no primeiro caso, muitas vezes resultado de migrações de raparigas e rapazes para centros urbanos, impulsionadas/os por falta de emprego nas zonas rurais. Ainda segundo a OIT, o maior número de migrantes tem sido de raparigas em idade de puberdade, portanto, prontas para o matrimónio.

Dado o estado de puberdade delas, associada a dificuldades de encontrar o primeiro emprego, acabam concebendo um bebé que depois não é reconhecido pelo pai biológico, porque esta mãe migrante é suposta ter feito o sexo com muitos homens e por isso mesmo, o filho nascido desta insegurança social é "ilegítimo". Daí que se constitua este facto numa das causas de surgimento de famílias monoparentais.

A situação crítica da grande maioria das mulheres chefes de agregado familiar é agravada, também, provavelmente, pelo controlo que os mais velhos exercem sobre os mais novos, sobretudo nas zonas rurais, isto é, os casamentos prescritos e, por vezes, precoces, a obrigatoriedade de pagamento do lobolo, podem ser uma das várias causas que levam os jovens a abandonar as suas zonas de origem em direcção ao meio urbano. No que respeita ao lobolo, a questão não está no lobolo em si, mas nas possibilidades para enfrentá-lo, isto é, a falta de condições materiais ou financeiras para o pagamento deste lobolo que é o "custo da rapariga".

Esta realidade é visível entre as mulheres que foram objecto do nosso estudo, uma vez que todas elas, impelidas pelo desejo de aspirarem a mães, cada uma acabou por abraçar destino diferente do das outras, como consequência directa da ansiedade que se

---

<sup>10</sup> In Dicionário da língua portuguesa (1999). Porto Editora. 8ª edição. Porto

lhes avolumava na alma, tendo, para isso, concorrido factores como falta de maturidade, experiência de vida, em relação às mães solteiras, enquanto que para as viúvas, divorciadas, o que lhes faltou "é simplesmente sorte", como nos asseguraram.

Dentro destas práticas tradicionais, uma mulher que não aspire à condição de mãe não é considerada como um ser humano com valor. Daí o facto de a grande maioria delas temer a esterilidade. " (...) mais do que tudo. Devido à grande importância desempenhada pela fertilidade e maternidade, a maior parte das mulheres procura ser mães – a melhor e a mais clara medida do seu valor – quer a criança tenha ou não um pai ou meios seguros de sustento" (Op. ct. p. 57).

A independência do país também trouxe outras variantes do problema e agravou as que já existiam. Por exemplo, sabe-se que com a independência nacional alcançou-se, também, a "liberdade"<sup>11</sup> de as pessoas movimentarem-se para qualquer direcção. Foi assim que começou o adensamento de quase todos os bairros periféricos das nossas cidades capitais, fenómeno que foi agravado pelo conflito armado que, por sua vez, levou à migração de muitas pessoas para as cidades.

O adensamento dos bairros por pessoas de todas as idades, sendo, na sua maioria, jovens, trouxe um outro problema de altos índices demográficos, segundo estudos feitos, nesse sentido, por alguns estudiosos e instituições nacionais e internacionais; problemas sanitários, problemas de meninos de rua, problemas de conflitos interpessoais ou intergrupais provocados, muitas vezes, por falta de ocupação remunerada, foram e continuam sendo, portanto, consequência directa do aumento populacional dos bairros periféricos, associado aos revezes de uma economia de mercado (ainda em génese) como a nossa.

---

<sup>11</sup> O uso de aspas quer lembrar que essa liberdade não era no verdadeiro sentido da palavra, houve casos que interferiam na vida dos indivíduos, impedindo-os de estar em pleno gozo dessa liberdade, a título de exemplo, podemos citar as agresses armadas a partir do exterior, o conflito interno, as milícias populares, os grupos de vigilância, as guias de marcha, etc.

No nosso país assim como noutras partes do mundo, as relações de género são entendidas em termos de desigualdade entre homens e mulheres. A maior parte das tarefas que qualquer família nuclear ou grupo doméstico, no geral, comporta é dada à mulher por força da cultura.

Muito embora o objecto do nosso estudo não seja a análise das causas de surgimento das mulheres chefes de agregado familiar, pensamos que ela ficaria incompleta se não arrolássemos aqui um conjunto de aspectos que podem, duma ou doutra maneira, concorrer para a existência das mulheres em famílias monoparentais.

Daí pensarmos que do adensamento dos bairros derivam, evidentemente, situações de conflitos interpessoais, como mais acima nos referimos, por falta, talvez, de uma ocupação, casamentos prematuros, ou seja, nascimentos de crianças sem a devida planificação ou maturidade, votando estes jovens "casais" a uma incerteza que os leva à separação/divórcio, em detrimento da criança que fica, não raras vezes, sem o amparo dos dois, isto é, fica apenas na dependência da mãe.

## 7. HIPÓTESES DE TRABALHO

Como hipóteses do presente projecto de investigação, estabelecemos três, nomeadamente:

1. A condição sócio-económica, o nível de escolaridade, a idade e a experiência pessoal das mulheres chefes de agregado familiar têm uma relação directa com a natureza das estratégias que definem para a sua sobrevivência.
2. As redes sociais integradas por vizinhos, parentes directos e /ou colaterais e amigos, a vários níveis, servem de mecanismos importantes de sustentação das suas estratégias.

3. Há tendência para serem consideradas simples provedoras de sustento para os seus dependentes do que para chefes de família, pois as obrigações/funções que conferem a chefia são tidas como unicamente da responsabilidade masculina.

## 8. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos pressupõem os caminhos a seguir, tendo em vista responder à questão fundamental que é o fio condutor do presente projecto de investigação.

Para responder a esta questão o método privilegiado para a realização deste trabalho foi o método qualitativo que compreendeu pesquisa bibliográfica de obras cujas abordagens teóricas permitiram a explicitação dos oito conceitos seleccionados e do quadro teórico, para análise do nosso objecto de estudo.

A perspectiva de cada um dos autores consultados não só vai de encontro àquilo que é o nosso enfoque, neste projecto de investigação, mas também atravessa, de forma transversal, todo o projecto, dando os necessários nexos lógicos às partes constituintes deste projecto. Quer dizer, as perspectivas destes autores foram o fio condutor para definição dos conceitos operatórios que usamos neste projecto e foi, também, com base neles que definimos a nossa abordagem teórica.

A pesquisa de campo foi outra modalidade privilegiada e teve como instrumento principal a formulação de um guião de entrevistas semi-directivas com vista à recolha de dados empíricos.

A recolha de dados foi feita na cidade da Beira, concretamente nos bairros de Matacuane e Inhamudima (Chipangara), arredores desta cidade. A escolha desta cidade deveu-se ao facto de termos algumas noções das línguas locais (Sena e Ndau), o que nos foi vantajoso, na medida em que nalguns momentos podíamos dispensar os serviços de um intérprete, nem sempre dignos de crédito.

A outra razão desta escolha residiu no facto de a cidade da Beira ser a segunda maior cidade do país e que, por consequência, albergou um número considerável de pessoas que fugiam ao conflito armado, não só, mas, também, aqueles que para ali se deslocavam e se deslocam ainda em busca de trabalho, sendo, maioritariamente, jovens de ambos os sexos.

Conscientes de que a nossa investigação não poderia abranger um universo um tanto ou quanto representativo da situação global das quatro categorias sociais de mulheres chefes de agregado familiar em Moçambique, julgamos, mesmo assim, que os bairros de Matacuane e Inhamudima (Chipangara) encerram, em si, um conjunto de factos sociais que podem ser associados, um pouco ou mesmo muito, ao que se passa com as mulheres à frente de famílias monoparentais, um pouco por todo o país.

Procurámos estratificar os nossos entrevistados segundo o sexo, idade, nível de escolaridade e número de filhos, no sentido de que colhessemos as sensibilidades de cada um, conforme a sua idade, sexo e experiência pessoal de vida. Entrevistámos, também, alguns filhos dessas mulheres, para tentar ver as suas percepções em relação à realidade que vivem com as suas mães, como únicas provedoras do seu sustento.

Tendo em conta a localização dos bairros, arredores da cidade, em termos de tempo necessário para trabalho de campo, foram necessárias duas semanas de pesquisa que, apesar de não terem sido suficientes para uma investigação mais profunda e extensa do nosso objecto de estudo, permitiram trazer aspectos essenciais à altura das exigências deste projecto de investigação.

As entrevistas e conversas informais foram registadas em fitas magnéticas e em diário de campo devidamente providenciados, por forma a que se conseguisse recolher o máximo de informação do grupo-alvo, no que respeita às diversas percepções das pessoas sobre o fenómeno que temos vindo a referir neste projecto que é o das **características sociais, das estratégias e lógicas adoptadas pelas mulheres chefes de agregado familiar,**

para a sua sobrevivência, nas quatro categorias que neste projecto constituem objecto do nosso estudo.

## 8. RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA DE CAMPO

### 8.1. Caracterização e enquadramento geográfico da cidade e arredores da Beira

De acordo com Aniceto dos Muchangos<sup>12</sup> a cidade da Beira fica situada na entrada da Baía de Sofala, localizada na província do mesmo nome, no centro de Moçambique. A área administrativa, fixada em 1989 em 610km<sup>2</sup>, fica compreendida entre os paralelos 19°30' e 19°52' Sul, e os meridianos 34°30' e 35°10' Este, e a uma altitude média de oito metros.

De acordo com o último censo populacional, realizado em 1997, e segundo INE(1997:3), o efectivo populacional da Beira era de 397,368 habitantes, dos quais 191,634 mulheres. A sua densidade populacional de 651 habitantes por km<sup>2</sup>.

No entanto, no que toca ao número de habitantes dos dois bairros onde efectuámos o trabalho de pesquisa, para o bairro de Inhamudima (Chipangara), estava fixado em 25,136 habitantes, dos quais 12,049 mulheres e para o bairro de Matacuane em 28,716, dos quais 13,592 mulheres.(ibdem).

A zona peri-urbana da cidade da Beira tem características rurais. Na sua estrutura económica ela é uma cidade essencialmente portuária, mas com parque industrial e um sector terciário muito diversificado.

Segundo as primeiras estatísticas coloniais de 1887, viviam na Beira 50 indivíduos de raça branca. Dez anos mais tarde já viviam 1500. Em 1950 habitavam na cidade,

---

<sup>12</sup> In Arpac (1989). Pequena história da cidade da Beira – Contribuição do Projecto Arpac por ocasião do 102º Aniversário da Beira.

incluindo a área suburbana, 43000 indivíduos, valor que atingiu, em 1970, 113.770 habitantes.

Ainda de acordo com dos Muchangos, o grande acréscimo populacional registado entre 1940 e 1950 correspondeu aproximadamente ao período em que emergia a burguesia industrial, que contribuiu para a transformação da estrutura económica e social da cidade, cuja tendência se manteria até à independência do país, em 1975.

A emergência da burguesia industrial, estimulada pelo desenvolvimento da cidade, trouxe também como consequência imediata, o adensamento, pela população nativa, das áreas suburbanas, nas proximidades dos locais de emprego, como são os casos dos bairros Chipangara (Inhamudima), Matacuane e Munhava.

De acordo com a fonte que temos vindo a citar, estes factores sócio-económicos negativos, em conjunto com os efeitos das calamidades naturais e, mais recentemente, da agressão sul-africana, aumentaram o fluxo de população das áreas rurais para a cidade. Esta população migrante instalou-se desordenadamente nas áreas virtualmente livres dos subúrbios e da periferia urbana.

A zona suburbana apresenta uma grande complexidade de funções, definidas normalmente em sobreposição. Esta heterogeneidade diz respeito não só ao tipo de edifícios construídos e à composição social dos residentes mas sobretudo às funções que aí se realizam. Predomina a função agrícola nas extensas machambas de arroz, batata-doce e hortícolas, que em muitas parcelas coexiste com a indústria, instalações de transporte, comércio e outras formas específicas de ocupação do solo, tais como o cemitério, aeroporto, lixeira, autoestradas, pontes, etc.

Os números de habitantes dos dois bairros, onde fizemos o nosso trabalho de pesquisa, que aqui trazemos, mostram claramente que, à semelhança de todas as nossas cidades, o adensamento dos bairros tendem a aumentar cada dia que passa e, por conseguinte,

multiplicam-se os problemas de ordem social, económica, cultural, política, religiosa, etc. entre os seus habitantes.

Em termos de estrutura político-administrativa, os bairros estruturam-se desde o quarteirão até à unidade doméstica e vinculam-se, por sua vez, aos distritos urbanos.

## 9. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DAS MULHERES CHEFES DE AGREGADO FAMILIAR

### 9.1. Perfil social das quatro categorias (em termos de origem, etnia e escolaridade)

No que respeita aos seus perfis sociais, as trinta mulheres, com as idades compreendidas entre os 18 e 50 e mais anos que foram objecto da nossa pesquisa, pertencem a várias origens. Algumas, constituindo uma maioria relativa, são provenientes de Inhassorro, Mambone; província de Inhambane; outras são oriundas de Machanga e Búzi e outras ainda emigraram de Caia e Manica.

Esta heterogeneidade de origens está, obviamente, vinculada a pertenças étnicas e linguísticas diversificadas, ou seja, o primeiro grupo de mulheres provenientes de Inhassorro e Mambone é falante das línguas designadas por Ndau e Matswa. O grupo proveniente de Búzi e Machanga pertence, também, ao grupo étnico falante do Ndau. As que emigraram de Caia pertencem ao grupo étnico falante do Sena. E, finalmente, está o grupo das que vieram de Manica, estas mulheres pertencem ao grupo étnico falante de Tchimanica ou Shona e uma única mulher proveniente da Maganja da Costa, província da Zambézia, falante de *nharinga*<sup>13</sup>/chuabo (vide quadro abaixo).

---

<sup>13</sup> Língua local falada por naturais do distrito da M. da Costa que se diferencia (na pronúncia) da língua Chuabo, falada na cidade capital, nos distritos de Nicoadala parte do distrito de Namacurra (Macuse). Pode-se, em suma, dizer que a língua *nharinga* é uma variante de língua chuabo.

**Quadro -1.** Ilustra a proveniência, faixa etária e nível de escolaridade das (30) mulheres entrevistadas

Origem	Faixa etária				Grupo étnico/ linguístico
	18-25	25-35	36-45	50 e +	
Caia			3	2	Sena
Manica	1			1	Shona/tchimanica
Machanga			1	2	Ndau
Inhassorro			8	1	Matswa
Búzi		2	1	1	Ndau
Massinga	1	1			Matswa
Morrumbene			1		Bitonga/Matswa
Inhaminga				1	Sena
Mambone			2		Ndau/Matswa
Mag. da Costa		1			Nharinga/Chuabo
<b>Nível de escolaridade</b>	1 <sup>a</sup> a 2 <sup>a</sup> classe	1 <sup>a</sup> a 7 <sup>a</sup> classe	1 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> classe	N ão alfabet.	

O quadro acima tem por propósito ilustrar os referentes sócio-culturais que, neste caso, funcionam como factores que influenciam negativa ou positivamente na adopção e execução das estratégias de luta pela sobrevivência, ou seja, o "nível de escolaridade" e "idade" da pessoa constituem mais-valia para definição de mecanismos apropriados que conduzam ao acesso e controlo de recursos, sempre escassos, para a manutenção do agregado familiar.

É verdade que nestes grupos há algumas que são provenientes do local onde agora vivem e isso é justificado pelo facto de terem sido os seus progenitores que para ali emigraram e em consequência disso nasceram, cresceram ali até à altura do casamento,

ou seja, transferiram-se das suas famílias de orientação para as de procriação ali no bairro.

Há, também, um único caso de uma mulher, a que acima nos referimos, que por força do casamento com um homem natural de Inhambane, veio da província da Zambézia e vive lá no bairro de Inhamudima (Chipangara).

Em termos de número efectivo de cada uma das (4) categorias sociais aqui tratadas, agregado familiar e de fonte de sustento, os quadros 2 e 3, abaixo, são disso ilustrativos, de acordo com o que nos foi dado observar durante a pesquisa.

**Quadro 2:** número de mulheres em cada categoria social e valor %

Faixa etária	V	%	D	%	Solt.1	%	Solt.2	%	Total	%
18-25	3	17,6	1	16,6	2	100	-	-	6	20
26-35	3	17,6	1	16,6	-	-	2	40	6	20
36-45	4	23,5	4	66,6	-	-	2	40	10	33,3
50 e +	7	41	-	-	-	-	1	20	8	26,6
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>30</b>	<b>-</b>

**Legenda:**

V. – Viúva;

D. – Divorciada;

Solt.1- Mulheres mães fora de qualquer tipo de casamento;

Solt.2 – Mulheres casadas (quer por via do casamento civil, quer por via do casamento religioso ou , então, por via de união de facto<sup>14</sup>), com os cônjuges a trabalharem longe de casa (minas sul-africanas e noutros pontos do nosso país) considerando-se, por isso, temporariamente solteiras, para fins deste projecto;

<sup>14</sup> Para fins deste projecto considera-se união muitas vezes legitimada pelo lobolo (custo da noiva) que pode compreender bens materiais, monetários ou simbólicos.

**Quadro 3: agregado familiar e fonte de sustento**

Faixa etária	V.	Ag. F.	D.	Ag. F.	Solt. 1	Ag. F.	Solt. 2	Ag. F.	F.S*.
18-25	3	3-4	1	3	2	3-3	-	-	Mf/Si
26-35	3	4-5	1	3	-	-	2	6-6	Mf/Si
36-45	4	6-7	4	3-5	-	-	2	4-5	Mf/Si
50 e +	7	1-6	-	-	-	-	1	4	Mf/Si
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

\*Mf/Si- Machamba familiar e/ou sector informal.

Os dois quadros acima, 2 e 3, ajudam a entender a maneira como as (30) mulheres que foram nossas entrevistadas, estão distribuídas pelas idades e a partir daí o peso de responsabilidade de cada uma para manter a sua unidade doméstica, tendo em conta a experiência pessoal que, por sua vez, tem uma forte correlação com o nível de escolaridade, ostentado no quadro 1.

Pelo nível de escolaridade, conforme se indica no primeiro quadro, nota-se que quase todas frequentaram apenas os primeiros anos de escolaridade, isto é, o ensino primário (1º e 2º Grau) com exceção de oito (8) mulheres que não foram para escola e se olharmos para o mesmo quadro, constatamos que pertencem à faixa etária dos 50 e mais anos.

Esta situação, obviamente, tem uma grande influência na maneira como desenvolvem as suas estratégias de luta pela sobrevivência, na medida em que o meio suburbano, diferentemente do rural, é caracterizado por ser atravessado, de momento a momento, por dinâmicas específicas reveladoras de mudanças bruscas dos ambientes sociais obrigando que cada actor social se ajuste a elas (mudanças).

Quando perguntámos ao grupo das que não têm qualquer nível escolar, sobre o porquê daquela situação, a justificação que deram é de que os seus pais não tiveram capacidade para as mandarem para escola, pois para além da incapacidade de os pais mandarem-nas para escola, imperava, também, todo um conjunto de valores culturais, com base nos quais eles (os pais) estavam proibidos de mandar uma mulher para escola, porque era considerado "crime" ou "disperdício". Quer dizer, e segundo as nossas entrevistadas, os pais desses tempos não "valorizavam" a formação escolar das meninas, quando muito os rapazes é que eram prioridade. As meninas deviam é aprender a ser boa mulher, boa mãe e boa produtora agrícola.

E a implicação desta realidade, no caso das oito mulheres sem nível escolar, é que têm a agricultura como a sua principal fonte de sustento e mesmo assim, em machambas familiares, isto é, não produzem para além do necessário para sustentar a família. Tal situação é consequência directa de sua fraca capacidade de poder aceder, por exemplo, a créditos agrários para produção de grande escala.

A situação vivida por estas mulheres as impele a uma acção de cooperação cada vez mais forte entre si, porque elas sentem que só assim é que podem, de facto, garantir o mínimo de condições de sobrevivência das suas unidades domésticas.

Em relação às mulheres que habilitaram-se com o mínimo do conhecimento escolar, não puderam continuar não pelos motivos evocados pelas do primeiro grupo, mas pelos imperativos do matrimónio. Com o nascimento de filhos, aliado a todo um conjunto de obrigações que a vida doméstica lhes impõe e a outros problemas de natureza económica, principalmente, estas mulheres acabaram dando capital importância à maternidade, aos cuidados da criança, pois socialmente se consideram realizadas como mães.

Através desta realidade que atravessa a vida social das trinta mulheres por nós entrevistadas, inferimos que elas não constituem um grupo homogêneo, apesar de todas elas terem um traço comum, justificado pela razão única de terem emigrado para Beira

em busca não só de refúgio, mas também de melhores oportunidades de vida. Cada uma apresenta trajectórias de vida, sonhos de realização como actor social, motivações, a certa altura, diferentes.

Encontrámos algumas semelhanças de sonhos, isto é, aquilo que pensam em fazer como chefes de agregado familiar, nas quatro categorias sociais, que foram objecto da nossa pesquisa, ou seja, viúvas, divorciadas, casadas (com os maridos temporariamente ausentes) e solteiras. Estas semelhanças vão crescendo em grau no grupo das viúvas que quase todas não preferem um segundo casamento, pois não estão interessadas que os filhos provenientes do primeiro casamento, ou seja, os órfãos de pais cresçam sob cuidados de um padrasto.

Mas, também, constatámos diferenças que, advêm, provavelmente, do facto de cada uma destas mulheres ser oriunda de um grupo étnico diferente, no qual recebeu ou interiorizou um conjunto de valores culturais, no âmbito de sua socialização. Isto, por um lado, e por outro, o factor baixo nível de escolaridade e idade levam a que elas tenham visões diferentes, a partir das quais ou em função das quais investem processos de luta pela sobrevivência.

As viúvas de origem étnica Ndau chegaram mesmo a dizer que a acontecer, teria de ser com a autorização do marido defunto, o que é improvável que ceda ao "sofrimento" dos seus filhos.

Oiçamos o que nos dizia M. Rosa, de 50 anos de idade, viúva e mãe de cinco filhos, quando quizemos saber se podia voltar a casar-se, "eu me casei com meu falecido marido muito nova, ele foi o primeiro homem e éramos todos jovens. Fizemos quatro filhos. Viemos viver para aqui já faz muito tempo. Assim que estou viúva, juro continuar aqui com os meus filhos sem me casar mais. Também o meu marido não poderia admitir, a não ser por meio de uma cerimónia onde os meus familiares iriam pedir autorização para ter um marido".

Perguntámos, depois, o que poderia acontecer se não fizesse isso, ao que nos respondeu nestes moldes: " eu não posso saber exactamente o que pode acontecer. O que sei é que acontece muitas desgraças em casa, p.e, doenças ou até mortes dos membros da família, como castigo pela desobediência ao defunto, neste caso ao meu marido que, mesmo morto, continua presente em nós".(Entrevista feita no dia 15.04.03).

Este fenómeno resulta do facto de na nossa sociedade acreditar-se que os familiares falecidos exercem influência na vida dos seus parentes vivos. E uma vez assim, os parentes vivos têm a obrigação de se manter em estreita ligação com estes espíritos defuntos, sob o risco de algo de mal poder acontecer no decurso das suas vidas.

Quer dizer, por força da tradição os indivíduos são "obrigados" a assumir que as crenças nas quais são socializados correspondem à verdade e, portanto, assumí-las como tais significa estar de acordo com aquilo que vem desde os antepassados, cuja reprodução é garantida pelos mais velhos à luz dos espíritos dos parentes defuntos, principalmente aqueles que em vida desempenhavam responsabilidades de zeladores da moral interna do grupo de parentesco, da linhagem ou de clã.

Alcinda M. Honwana (2002:53)<sup>15</sup>, com quem estamos de acordo, diz que "o mundo espiritual é uma continuidade do mundo dos vivos no sentido em que, mesmo após a morte, os mais velhos continuam a orientar e controlar os seus descendentes".

Há, por exemplo, nalguns grupos étnicos de Moçambique, como naqueles em que ocorreu o nosso estudo, no caso vertente os Ndau, casos em que uma rapariga é posta à disposição de um homem falecido para a desposar, e a desobediência desta exigência pode trazer consequências muito graves para a família, indo desde a falta de sorte na agricultura, principalmente, e noutras actividades, visando o bem-estar da família, até à morte dos membros desta família.

---

<sup>15</sup> É uma obra realizada num contexto de reintegração social do pós-guerra no sul de Moçambique. A autora refere-se a crenças, possessão de espíritos que são aspectos que, também, podem ser encontrados entre os Ndau.

Casos há, também, em que para esta mulher se livrar do marido espírito, fazem-se cerimónias para pedir autorização deste marido espírito e "se os maridos espíritos as autorizarem (...) Nestas circunstâncias, realiza-se um ritual no qual o homem obtém autorização do espírito para desposar a nsati wa xikwembu<sup>16</sup>. O lobolo que normalmente seria pago à família da mulher é, nesta situação, desviado para o espírito seu 'proprietário'. (idém: 68).

Pela força desta crença, as viúvas, neste caso concreto, pertencentes a grupos étnicos Ndau, não podem, obviamente, voltar a casar sem o consentimento do marido falecido, porque, afinal de contas, crê-se que ele, mesmo morto, continua a exercer poder sobre a sua família (mulher e filhos).

## 9.2. Relações de poder desenvolvidas no contexto da família

As mulheres divorciadas têm algumas particularidades que constatámos durante as entrevistas. Quase todas elas reportam os maus tratos infligidos pelos seus ex-maridos que vão desde a violência física, psicológica (esta última) que, normalmente, acompanha todos os outros tipos de violência, passando pela irresponsabilidade perante situações graves, próprias de lar que exigem intervenção do "chefe de família", até ao ciúme que está na origem de proibição, nalguns casos, de a mulher fazer pequenos negócios, mesmo conscientes, os maridos, das suas incapacidades de encontrar alternativas àquela, a adoptada pela esposa: vender produtos diversos à porta da casa ou no mercado informal.

A problemática de violência de uma forma geral vincula-se ao exercício do poder. Ela, quando vista numa perspectiva global e segundo WLSA (2002:29), pode ser percebida como uma forma de resolução de conflitos no contexto das relações do poder, onde quem detém o poder exerce-o – o que quer dizer, noutras palavras, que exerce o poder de forma violenta – e o/a subordinado/a, por falta de capacidade de resposta e de poder (pela posição subordinada ao mesmo), aceita-o ou é obrigado/a a aceitá-lo. A

---

<sup>16</sup> Na língua do sul significa mulher de marido espírito.

necessidade de manter o poder, de o reafirmar, desencadeia o conflito e, perante situações que limitam a utilização da racionalidade ... incorre-se em situações muito tristes.

Para efeitos do presente projecto de investigação, a violência que mais nos interessa é a de género. "Ela pode ter duas dimensões no mesmo olhar. Uma proveniente da visualização das assimetrias nas relações de poder entre homens e mulheres, quer dizer, a violência sofrida pelas mulheres pelo simples facto de serem mulheres, seres identificados como eternamente imaturos, que precisam de constante orientação e guia na vida e que, ao desobedecerem à ordem hierárquica androcétrica, devem ser repreendidos e castigados ..." (idém:29)

Contrariamente ao que pode ser constatado no sul do país, o que verificámos durante as entrevistas, sobretudo na categoria das divorciadas, é que os maridos destas mulheres, apesar de também serem de filiação patrilinear, tal como no sul do país, quase que não assumem responsabilidade<sup>17</sup> nenhuma pelos filhos e nalguns casos nem sequer se fazem presentes, isto é, desde que abandonaram a casa desapareceram sem deixar sinal nenhum. Os filhos estão a cargo das suas mães.

Algumas destas mulheres são chefes de agregado familiar, em situação de divorciadas. Tal facto deveu-se ao mau comportamento dos maridos. Sofrem sevícias constantes, por parte dos seus maridos. Parte-se do princípio de que qualquer acto de violência, baseada no género, tem como consequência o sofrimento físico, sexual ou psicológico, o que é o caso da senhora J. Francisco<sup>18</sup>, que acabou por se divorciar, cansada de sofrer. É ela quem nos conta nos termos seguintes:

"Eu, quando me casei com o pai dos meus filhos, ainda era nova e gostávamo-nos um do outro. Até ao segundo filho, tudo andava bem; ele era um marido e pai muito bom. Olhava por mim e pelas crianças. Tudo começa depois de termos completado dez anos juntos.

<sup>17</sup> A responsabilidade a que nos referimos aqui é a relacionada com dar de comer, vestir e garantir a escola às crianças, porque a que se liga a paternidade essa não se põe em questão, o que pressupõe pleno reconhecimento.

<sup>18</sup> Entrevista feita no dia 15 de Abril no bairro de Inhamudima (também conhecido por Chipangara).

Comecei a ver o pai dos meus filhos mudar, bebia tanto, perdeu a sensibilidade de pai e marido que era. Quando recebia priorizava amantes e bebidas e ainda por cima batia-nos, digo batia-nos, porque quando começava a confusão em casa não poupava até as crianças. Suportei isso durante oito anos. Mas quando vi que ele continuava o mesmo, decidi divorciar-me dele. Não foi fácil tomar esta decisão, porque eu gostava dele e não queria que as crianças crescessem sem o seu calor, mas, prontos, tinha de ser assim. Sofri nos primeiros dois anos, mas acabei habituando-me e hoje, passados 16 anos de divórcio, sinto-me uma mulher feliz, na medida em que todos os meus três filhos já são crescidos e dois já se casaram e sou avó”.

Este é um dos exemplos que se podem dar de casos de violência de género que fomos constatar nos bairros de Inhamudima (Chipangara) e Matacuane, quando do nosso estudo.

Da conversa que tivemos com um jovem de 19 anos, estudante do IMAP (Instituto Médio de Administração Pública), filho de pais divorciados e a viver com a mãe no bairro de Matacuane, a dado momento dizia-nos o seguinte:

“...os meus pais divorciaram há muito tempo e eu vivo com a minha mãe, na companhia de mais três irmãos. A vida não tem sido fácil, como podem ver, esta é a casa onde moramos feita pela mamã; tem um quarto e sala. A mamã é a única pessoa de quem dependemos. Ela não trabalha, apenas tem a sua pensão de antiga combatente e faz machambas. É assim que ela aguenta connosco. O nosso pai apesar de a gente saber que está cá na Beira, nunca procurou por nós e nem sequer dá-nos algum dinheiro para ajudar a mamã ...”<sup>19</sup>

Em termos de dominância masculina, nas relações de género, entendidas também como sendo relações de poder, o que nos foi dado observar e conforme os nossos entrevistados, estas mulheres são responsáveis pelo menos quando se trata de garantir o sustento aos seus membros menores (filhos) e até adultos (pais, avós, etc.) que não

---

<sup>19</sup> Roberto de Sousa, entrevistado no dia 16.04.2003

estejam no mercado formal de trabalho-emprego, estando unicamente sob os cuidados destas mulheres. Muitas vezes o apoio que podem prestar a estes dependentes não vai para além de estar no mercado informal ou à porta da casa, a vender os produtos trazidos de qualquer sítio pela chefe de família, de facto<sup>20</sup>.

H. José<sup>21</sup>, contou-nos, em moldes seguintes, a maneira como se assume chefe de agregado familiar, desde que se divorciou:

"... Divorciei do meu marido há cinco anos. Ele fugiu de nós quando dois dos nossos (4) filhos ficaram muito doentes ao mesmo tempo. Fiquei com eles internada no hospital e, infelizmente, faleceu um e nessa altura o meu marido, no lugar de dar-me apoio material e, sobretudo, moral, optou por me abandonar com a criança gravemente doente. Mais tarde quando a criança ficou melhor apareceu, mas eu não aceitei continuar com ele e foi assim que decidi o divórcio e ele desapareceu até hoje".

"... Para sustentar os meus filhos arranjei, a muito custo, um terreno lá para a zona de Monte Chiluvo, onde produzo milho e mandioca, parte destes produtos (quando for época de boa colheita) vendo no mercado para ter dinheiro para comprar roupa, cadernos e mais alguma coisa que não posso ter directamente da machamba. Por ser longe onde tenho a machamba e faltar-me, quase sempre dinheiro, sou obrigada a ficar por lá um ou dois meses. Em casa fica a minha mãe que vive comigo, a cuidar dos três netos":

É esta a realidade que encontramos no contexto em que ocorreu as entrevistas a (30) mulheres que foram objecto do nosso estudo. Este é único caso de mulher que tem na agricultura fonte primária de subsistência (neste grupo de 30) e a razão disso prende-se com o facto de não ter conseguido dinheiro de quem quer que fosse (vizinho, parente consanguíneo, afim ou relacional) para se iniciar no negócio de vender no mercado informal ou à porta de casa. Embora o faça, é, como dissemos acima, apenas para complementar o que consegue à custa do que a terra (machamba) lhe dá.

---

<sup>20</sup> Pretende-se dar a entender que estas mulheres são elas que respondem por tudo, à semelhança do homem chefe de família, porque responde pela família toda – mulher e filhos

<sup>21</sup> Entrevista feita no dia 16.04.03

## 10. NATUREZA DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

As conversas que tivemos com os nossos entrevistados, permitiram-nos constatar que para se proverem do mínimo para a sua sobrevivência, são várias as estratégias que adoptam, submetendo-se ao ritmo das dinâmicas sócio-económicas e político-culturais do país em geral e da cidade da Beira, em particular.

Portanto, as quatro categorias sociais das mulheres chefes de agregado familiar, nenhuma tem trabalho-emprego<sup>22</sup>, isto é, todas elas se ocupam, essencialmente, de pequenos negócios à porta da casa ou no mercado informal, onde exercem actividades comerciais por conta própria, conforme ilustra o quadro nº 3. Há, no entanto, aquelas que aliam a actividade comercial à agricultura em machambas de pequenas dimensões, isto é, familiares. O caso da senhora R. Augusto é excepcional, no sentido de que ela só pratica unicamente a agricultura para dar de comer e de vestir os seus.

Entretanto, e de uma forma global, a agricultura é a fonte de rendimento da grande maioria das pessoas, neste caso, habitantes das cercanias da cidade da Beira, e porque não é fácil encontrar um pedaço de terra, para a prática de agricultura, como complemento ou mesmo fonte principal de rendimento, a opção de muitos tem sido fazer viagens para zonas distantes, à procura de terras para prática de agricultura. O distrito de Dondo é o mais preferido, por ter zonas baixas e férteis para agricultura.

Esta preocupação de uns e outros procurarem no sector agrário as suas fontes de rendimento tem muito a ver com as várias feições em que se apresentam as estratégias de luta pela sobrevivência, à luz daquilo que são as dinâmicas de mudanças económicas, sobretudo, da cidade da Beira, em particular e do país, em geral.

---

<sup>22</sup> Para efeitos deste projecto de investigação, socorremo-nos de Adolfo Y. Casal: *Ethnologia*. (1999). Nova Série, nº9-11; que define o termo trabalho-emprego como sendo a compensação material ou monetária pela força física empreendida no processo de produção de bens e serviços para a sociedade.

Loforte ( Op Cit:139) que constatou semelhante situação no bairro de Laulane, onde fez as suas pesquisas, defende que " A agricultura é praticada basicamente pelas mulheres que procuram, sempre que possível, aliar uma a duas machambas na terra de sequeiro a uma horta nas terras baixas e húmidas do bairro (...)".

Esta é a realidade que encontramos nos dois bairros da cidade da Beira. Devido ao adensamento dos bairros pelos emigrantes saídos, principalmente, dos distritos circunvizinhos, a procura de terras para o cultivo de cereais e hortícolas aumentou e não tem sido tarefa fácil, por parte das estruturas locais que não raras vezes são chamadas para acudir a situações de ocupação de terras. Daí a razão de a senhora R. Augusto encontrar terreno para machamba na zona de monte Chiluvo, distrito de Nhamantanda.

Pessoas detentoras de maiores porções de terra, na época de cultivo arrendam. Mesmo assim, este mecanismo não chega a satisfazer a todos os habitantes, ou seja, a todos os interessados, porque o que está em causa, muitas vezes, não são os critérios (baseados quase sempre em relações de amizade, vizinhança, parentela e aquisição por dinheiro – aluguer) usados, mas sim a escassez deste precioso recurso, a terra, para machambas nas zonas baixas da cidade da Beira.

Para aquelas mulheres que têm a agricultura como a principal actividade, praticam-na fora da cintura verde da cidade. Deslocam-se para o distrito do Dondo, onde conseguem maiores porções de terras para o cultivo de arroz, milho e hortícolas diversas.

No entanto, nem sempre conseguem produzir à medida das suas capacidades reais, devido a ser uma agricultura de sequeiro, isto é, para além de utilizarem instrumentos tradicionais, como a enxada de cabo curto, a catana, o machado, etc., dependem das condições atmosféricas. Quer dizer, no ano em que não há chuvas, não há, também, grandes colheitas, vendo-se, por isso, obrigadas a abraçar outro tipo de negócio (geralmente comércio informal), como alternativa à agricultura, para a sobrevivência da família.

E por causa das longas distâncias que percorrem, para ir para as machambas, são obrigadas a tomar transporte e, obviamente, a arranjar, a muito custo, dinheiro para isso. E quando lá vão, ficam muito tempo ( como nos referimos em relação à senhora R. Augusto) três a quatro semanas, dependendo do tipo de trabalho que há para fazer.

Por aquilo que as nossas entrevistadas nos disseram, permanece-se mais tempo quando se trata de arroteamentos de terrenos virgens e tempo da sacha e da floração das plantas (arroz, milho, batata-doce, etc.), porque têm que estar lá para defenderem as machambas de animais roedores, de aves e de outras espécies de animais que se alimentam do arroz, do milho, da batata-doce, etc.

Esta realidade levou-nos a inferir o seguinte: que há tendência de prática de agricultura de dois tipos<sup>23</sup> na cidade da Beira, ditada, provavelmente, pelas dificuldades que o dia-a-dia vai impondo aos indivíduos; que essa tendência agrupa as mulheres em dois, nomeadamente aquelas que, não conseguindo trabalho-emprego no sector formal, ocupam-se ou da agricultura de pequena escala, na zona baixa da cidade ou alteram-na com comércio informal, para sua sobrevivência; e o segundo grupo, constituído por maioria dos habitantes dos bairros circundantes da cidade, ocupa-se, desta feita, só da agricultura, como principal actividade de sobrevivência.

Neste segundo grupo as mulheres, formam a grande maioria, pois os homens, nalguns casos, estão empregados no sector formal de trabalho-emprego ou informal, como são os casos de artesanato, pesca artesanal, etc.

No entanto, para o caso do nosso propósito, as (30) mulheres residentes nos bairros de Inhamudima e Chipangara, quase todas ocupam-se do sector informal e apenas uma é que está ligada, a tempo inteiro, à agricultura, conforme nos referimos mais acima. Esta

---

<sup>23</sup> Pretende-se aqui referir a maneira como as pessoas definem e executam as suas estratégias para fazer face às necessidades de manutenção da família. No caso da Beira, na sua cintura verde encontram-se mulheres que se ocupam dela para produzir arroz, hortícolas, etc. em porções de terra pequenas. Algumas vezes serve de complemento à actividade informal. Um outro tipo de agricultura é aquele que implica a deslocação das mulheres para longe, distrito de Dondo, geralmente, para se dedicarem única e exclusivamente à agricultura de cereais e hortícolas, em porções maiores de terra. Para além do tempo de permanência, são obrigadas a ter dinheiro para tomarem o transporte de ida e volta.

situação não tem nenhuma relação com o nível de escolaridade. O único factor interveniente aqui é, como dissemos anteriormente, a escassez de terras para a prática de agricultura, na cintura baixa da cidade da Beira.

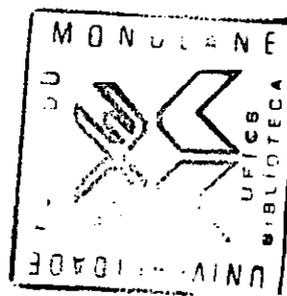
Na conversa que tivemos com a senhora A. Zeca, viúva, de 23 anos de idade, no dia 18.04.03, dizia-nos o seguinte:

“ O meu marido faleceu há 4 meses. Vivo com os meus dois filhos menores. Para sustentar a casa tudo depende do dinheiro que recebo pelo aluguer de uma parte da casa, pois quando o meu marido faleceu tive de ir a terra natal para cerimónias. Fiquei lá muito tempo e quando cá regressei já não tive chance de arranjar machamba de aluguer. Primeiro, por falta de dinheiro, mas sobretudo por ter chegado tarde de mais. Há muita procura . Então, para sobreviver preferi dar por aluguer um quarto de dormir, e do dinheiro compro o indispensável para sobreviver. Dos meus familiares não recebo nenhum apoio, só do meu cunhado que, também, não é sempre que me apoia, uma vez que ele tem as suas dificuldades.

#### 10.1. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E O RECURSO ÀS REDES SOCIAIS

As redes sociais entendidas neste projecto de investigação à luz da perspectiva de Barnes (1987), segundo a qual é um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, são de extrema importância nos processos de busca de meios de luta pela sua sobrevivência e a dos seus dependentes e não só, mas também servem de mecanismos de luta pela sua afirmação, uma vez demonstram quão são capazes de superar, muitas vezes, em pé de igualdade com os homens, as enormes dificuldades que o dia-a-dia lhes impõe.

Independentemente de qualquer coisa, a rede é uma abstracção de primeiro grau de realidade, e contém a maior parte possível de informação sobre a totalidade de vida social da comunidade à qual corresponde rede social total (idém).



Este autor procura mostrar a importância das redes sociais em todo e qualquer tipo de interações sociais, porque, afinal de contas, os indivíduos são continuamente necessitados e essas necessidades são de ordem diversa. Daí todo o interesse de os indivíduos estabelecerem teias de relações, tendo em vista à satisfação das suas necessidades básicas, conforme a ordem de prioridades.

É o que acontece a nível destas mulheres chefes de agregado familiar que, procurando responder às suas diversificadas necessidades, de ordem material e moral, desenvolvem estratégias que as conduzem a estabelecer contactos, a vários níveis, com outros actores quer sejam de sexo oposto ou igual ao seu, no sentido de que encontrem neles a necessária complementaridade dos seus esforços pela reprodução social da unidade doméstica, como um todo.

No caso das nossas entrevistadas, sobretudo aquelas que se ocupam da venda de produtos como a roupa usada, doces, amendóim e aquelas que se dedicam à produção do carvão vegetal, cooperam fortemente com os homens, no sentido de que tenham "facilidades" ou acesso a estes produtos por intermédio dos indivíduos do sexo oposto.

Esta situação é, muitas vezes, justificada pelo facto de existirem algumas pessoas que, estando ligadas às fontes dos produtos que as mulheres querem, para vender (armazéns, lojas, mercados, etc.), estabelecem contactos e montam depois um elo de ligação que lhes dá a necessária facilidade de obtenção dos produtos.

E muitas vezes a teia de relações constitui, preferencialmente, um sistema aberto. Quer dizer, socorrendo-nos ainda de Barnes, as redes diferenciam-se em fechadas e abertas e Bott(1957:60), citado por Barnes, defende que quanto mais fechada for a rede, maior será a intensidade de segregação entre os papéis de marido e de esposa.

Para o caso das mulheres chefes de agregado familiar, aqui objecto do nosso projecto de investigação, elas tecem redes de relações sociais que transpassam as fronteiras físicas do bairro, em direcção a outros actores sociais para neles encontrarem a plenitude. Daí

elas precisarem das experiências das outras, para adequarem melhor as suas às situações de momento e contribuir, deste modo, para a redução das chamadas assimetrias de género.

#### **10.1.1. Com base na vizinhança**

A vizinhança constitui, para as mulheres chefes de agregado familiar nos dois bairros periféricos da cidade da Beira, o primeiro elo de ligação. Constatámos que as dinâmicas internas dos agregados familiares são alimentadas por um conjunto de relações intra-agregado que, por sua vez, desenvolvem-se em direcção às relações inter-agregados. Estes processos todos vão desembocar em interacções entre níveis da organização social de cada uma das quatro categorias de mulheres chefes de agregado familiar.

É com o apoio dos vizinhos/as que procuram fazer frente às demandas da vida. Nos vizinhos encontram o primeiro "parente" com quem tecem profundas relações cooperativas e a partir deles (vizinhos) vão desenvolvendo para outras instâncias que lhes convierem.

Em termos teóricos, Hannez, citado por Loforte, 77, diz que dois indivíduos são considerados vizinhos se habitam ou trabalham em locais ou localidades próximas, tomando a consciência da sua presença recíproca e repetida num espaço circundante e veiculando, por consequência, uma relação específica a este espaço.

Para Margareth Peil & Pina O. Sada (1984), a vizinhança é à volta da casa onde cada um vive. Nem todas as pessoas que vivem na mesma área são consideradas vizinhas. Muitas vezes consideram-se vizinhas pessoas que se conhecem pelo menos de vista e que se cumprimentam quando se encontram. A vizinhança fornece uma variedade de ambientes: grupo étnico, residentes com altos e baixos rendimentos.

As trinta (30) mulheres por nós estudadas fazem, de facto, da vizinhança não só um mecanismo de manipulação e combinação das suas estratégias de luta pela

sobrevivência, como também é na vizinhança que encontram, muitas vezes, apoio moral e conselhos antes de se lançarem para determinada actividade ou acção.

Facto curioso nelas é que nos dois bairros onde trabalhámos estas mulheres estão inseridas em grupos amplos, bastante heterogéneos, isto é, na mesma área de residência é raro encontrar vizinhas falantes da mesma língua e para o caso delas raras vezes usam o português para se comunicarem, falam ou Ndau ou Sena que são as línguas predominantes. O português usam-no quando se encontram no mercado informal, onde os intervenientes são, obviamente, falantes de várias línguas nacionais ou num outro local onde estejam numa actividade que envolve grupos mais amplos ainda.

Esta situação denota o que Margareth & Sada (Op. Cit.1984) diz: "Geralmente quanto mais heterogénea a área, quanto mais passageiros os residentes e quanto menos tempo passam na zona de residência haverá menos espaço para servir as funções sociais de vizinhança".

Um outro aspecto não menos importante é o baixo rendimento destas mulheres, de um modo geral, situação que as leva a tecerem laços de solidariedade com os vizinhos, no sentido de inter-ajuda. Aqui os residentes passam a maior parte do tempo juntos, isto é, ou estão no mercado informal ou nas suas casas juntos, situação que favorece à construção e manutenção de teias de relações sociais que, no caso das trinta (30) mulheres, as conduzem para objectivo comum de ajuda mútua.

É importante referir que estas relações que se tecem, tendo em vista prover-se do indispensável para sobrevivência, mudam com o tempo de acordo com as necessidades e interesses, bem como o seu tamanho reflecte oportunidades e intensidade das inclinações pessoais.

Quando as trinta (30) mulheres estão em situação de constrangimentos, por razões a que nos referimos anteriormente, ou seja, falta de chuvas ou mesmo terras para a prática de agricultura familiar, a opção é ir para o mercado informal ou para a produção de carvão

vegetal. Tal situação significa um outro nível de busca de amizades que não é, necessariamente, entre vizinhos do local de residência, mas do local da actividade informal ou de outros bairros distantes.

Na actividade de fabricação de carvão vegetal a cooperação entre as envolvidas é muito mais forte, na medida em que muitas vezes é preciso juntar dinheiro de quatro ou mais mulheres, para aluguer de carro para o transporte do carvão. Isto, para o caso daquelas que vão comprar aos carvoeiros. Há, no entanto, outras mulheres que, actuando em grupo de duas, três ou quatro mulheres, geralmente, contratam um ou dois homens para fabricar carvão. É verdade que para este grupo os custos são elevados, mas em contrapartida e de acordo com elas, os ganhos são também elevados.

"Algumas vezes preferimos contratar homens, em número de um ou dois, para nos fabricar carvão, porque pensamos ser mais vantajoso. O carvão quando é produzido por nós, nós mesmas transportamo-lo para o mercado informal, não para vender todo a grosso; uma parte é a grosso e a outra ao monte ou à lata de 3500,00MT".

" O rendimento dá para cobrir todas as despesas e num espaço de seis semanas temos lucros suficientes para nos distribuir, de modo a que cada uma abra outro tipo de negócio, em função do comportamento do mercado ou economize, para situações de emergência. Reconhecemos, no entanto, que esta tarefa não é fácil, é mesmo para homens, mas se nós não fazemos isso, ninguém vai fazer por nós e os nossos filhos podem ficar sem comer, sem cadernos, nem roupa, para não falar de matrículas e de outras coisas, próprias que fazem bem à criança"<sup>24</sup>.

Quando têm lugar tensões, muitas vezes e segundo o discurso destas mulheres, devidas a diferenças culturais, localmente encontram mecanismos de resolução, primeiro, entre as pessoas envolvidas que acabam reunindo, para encontrar o meio termo que funcione como reconciliador; em caso de não se chegar a nenhum consenso, então, vai-se para instâncias político-administrativas do bairro.

---

<sup>24</sup> Z. Domingos, entrevista feita no dia 18.04.03

O discurso da senhora G. Francisco<sup>25</sup>, ilustra o que acima referimos:

“É raro haver problemas entre nós adultas e mães. Muitas vezes os conflitos surgem por causa das crianças quando elas se batem e as mães tomam conhecimento, sobretudo, através da criança que se julga injustiçada. As mães dessas crianças envolvem-se em discussões, mas que depois isso passa. Agora, ao nosso nível podem, sim, surgir conflitos, como, por exemplo, uma vizinha andar com o marido doutra, sobretudo nós as solteiras somos consideradas “perigosas”, porque se pensa que somos capazes de arrancar às nossas vizinhas os seus maridos. Felizmente, isso não chega a ter grande peso nas nossas relações, a vários níveis, de vizinhança... porque a confiança entre nós é muito significativa”.

A amizade é, também, outro momento de inter-ajuda, desempenha um papel não menos importante, segundo nos asseguraram as nossas entrevistadas. Partindo do princípio de que ela é uma união emocional entre indivíduos que possuem interesses comuns e gostam da companhia um do outro, as trinta (30) mulheres têm na amizade um outro nível de solidariedade que, desta feita, se desenvolve entre os empreendedores de pequenos negócios.

Iquer dizer, no mercado informal a teia das relações sociais que tem nos vizinhos o seu núcleo, prolonga-se até aos vizinhos da banca ou do mercado informal, onde todos se contactam para fins de concertação de posições ligadas aos seus negócios, ou para fazerem face a situações que acham prejudiciais, como é o caso de uma eventual subida da taxa diária que é cobrada pelos fiscais municipais ou qualquer outra coisa de interesse comum.

---

<sup>25</sup> Entrevista feita no dia 19 de Abril de 2003

### 10.1.2. Com base no parentesco

O parentesco desempenha, no meio rural, papel importante na definição e exercício das solidariedades entre membros do grupo de parentesco, da linhagem ou do clã.

Na perspectiva de Portugal (1995: 159 e segs), é que "... a mudança do espaço rural para o urbano e a conseqüente mudança do modo de vida implica a quebra de laços mais extensos do parentesco e o surgimento de um modelo familiar onde o núcleo conjugal se torna o centro das obrigações em detrimento de outros laços...". Como se pode notar, este fenómeno denota a incompatibilidade entre valores das sociedades e comunidades urbanas, com a manutenção das teias de solidariedades parentais.

Outras perspectivas, porém, como a de Rita-Ferreira (1967) defendem que as relações de parentesco desempenham papel crucial no funcionamento harmonioso da família no meio urbano. Há factos empíricos, resultado de estudos feitos nesse sentido, que mostram que os parentes mantêm entre si contactos e laços efectivos no mesmo espaço ou com outros distantes.

Isto, por um lado, e por outro, o parentesco ou a família assumem, também, um papel normativo, representando cada vez mais um elemento estável que permite aos indivíduos assumirem-se como actores sociais fortemente envolvidos em teias de relações sociais que desaguam em acções concretas, cujo sentido esse mesmo parentesco ajuda a dar. Quer dizer, a função normativa do parentesco e/ou da família no meio urbano, torna-se também num elemento estável que permite que os indivíduos encontrem um sentido para as suas acções.

No caso concreto das nossas entrevistadas, conforme nos referimos atrás, uma vez emigrantes das zonas de origem, os parentes que têm e com quem tecem relações de inter-ajuda, a vários níveis, são muito poucos. Com esses poucos parentes desenvolvem estratégias de inter-ajuda podendo ser sob forma de alimentação, disponibilização de assistência medicamentosa, em caso de um parente estar enfermo; sob forma de material

escolar (cadernos, lápis, livros, etc.) para educação das crianças, bem como, em outros casos, dar abrigo aos parentes recém-chegados que não tenham ainda lugar próprio para viver e, nalguns casos, segundo o depoimentos das entrevistadas, ajudam a iniciar determinada actividade quer seja agrícola (arroteamento) quer seja carvoeira ou então na (re)construção de habitação.

A conversa com a senhora L. Alumbe, é disso ilustrativo:

"Estou viúva há seis anos, tenho duas filhas ainda menores. Para dar de comer a elas muitas vezes é com base na machamba que tenho lá para aquela direcção do areroporto. Algumas vezes vem a minha irmã, na companhia da minha mãe, ficar comigo durante algum tempo, durante esse tempo ajudam-me os trabalhos da machama. Quando lá em Búzi a produção agrícola é de muito sucesso, elas trazem-nos produtos alimentares, como a mandioca, o milho, a batata e a cana-de-açúcar. É desta maneira que eu sustento as minhas filhas"<sup>26</sup>.

Esta é uma das evidências das teias de relações de solidariedade entre familiares consanguíneos ou colaterais que as nossas entrevistadas vão tecendo e ajustando, a cada instante, a novas dinâmicas sociais, económicas, culturais, políticas, etc. com objectivo de se proverem do indispensável para a sua sobrevivência.

Este conjunto de solidariedades entre parentes não são peculiares ao meio urbano ou bairros, onde decorreu o nosso estudo. Elas têm também lugar entre indivíduos parentes, residentes em regiões distantes uma da outra. Aliás, o que acabamos de referir acima é, evidentemente, a ligação entre uma parente, no caso vertente, filha, irmã, que tem apoios que vêm da mãe e da irmã que vivem na zona de origem, distrito do Búzi. Têm estas estratégias as suas lógicas internas e desempenham papel importante na manutenção, coesão e reprodução destas teias de solidariedades entre parentes.

---

<sup>26</sup> Entrevista feita no dia 19 de Abril de 2003

As relações que estas mulheres estabelecem, na definição e execução das suas estratégias, com os seus parentes consanguíneos, ou afins ou, então, simplesmente, relacionais, não são do mesmo nível que aquelas que têm com os vizinhos pelas razões que descrevemos anteriormente.

Uma dessas razões e, talvez, a mais importante relaciona-se com o facto de elas todas terem emigrado dos distritos e províncias vizinhas. Esta situação, só por si, levou a que cada uma procurasse estabelecer relações com "estranhos" (nos primeiros momentos de sua estada) para se inteirar das dinâmicas, dos modos de vida, próprios do meio urbano, das maneiras a seguir para ultrapassar as dificuldades que foram surgindo com o tempo.

Estas mulheres no seu dia-a-dia chamam a si aquilo que Carmen Alborch (2000:102) designa de "sistemas de vida e de relações em que a independência e a assunção de responsabilidades não acarretam quebra de afectos; desmestificar os clichés<sup>27</sup> das mulheres a sós, não interiorizar a culpa e, se preciso for, desculpabilizar-nos".

No entanto, e do ponto de vista das nossas entrevistadas, apesar de todas elas não estarem, evidentemente, integradas em grupos alargados de parentes, porque elas se "desintegraram" dos seus grupos mais alargados, com a sua migração para as cidades, de quando em vez clamam pelo apoio dos seus parentes e vice-versa. É o que se pode apreender do discurso seguinte:

"...estou viúva há dez anos. Nunca tive filho. Desde que o meu marido perdeu a vida tenho vivido com base no que produz na porção de terra que tenho. Trabalho lá com apoio das filhas das minhas irmãs que são estas três. Elas tomam conta de mim, fazem de mim sua mãe. Elas vão à escola com apoio dos seus pais que mandam qualquer coisa lá da zona de origem, Caia e de quando em vez vêm cá visitar-nos, trazem-nos alguns produtos, quando possível, para o nosso sustento. A minha vida sem estas minhas sobrinhas talvez não tivesse sentido ou até não existisse. Como podem ver, tenho uma

<sup>27</sup> Segundo Jean Baudrillard (1975), na sua obra "A Sociedade de Consumo" é um termo desqualificante que quer dizer lugar comum, o que, em nossa opinião, vai de encontro à preocupação de Alborch em relação à figura das mulheres a sós

idade avançada, não posso voltar para terra de origem, porque isso teria outras implicações. Os meus movimentos são reduzidos, mas, graças a Deus, me sinto amparada ...”.

### 10.1.3. Outras estratégias desenvolvidas

Preocupadas com a sua condição de mulheres sós, à frente das quais estão os filhos e outros dependentes a quem devem garantir o sustento, algumas das nossas entrevistadas optaram pela actividade de comércio informal, como fonte de rendimento para minorar as dificuldades do dia-a-dia.

Situadas em meio urbano, onde as dinâmicas da economia global impõe outro tipo de ambiente diferente do meio rural a que muitas delas estavam acostumadas, o comércio informal tem sido uma das actividades alternativas àquela a que não podem aceder. Na verdade, são excluídas do mercado formal de emprego por vários factores, nomeadamente a falta de formação académica ou profissional suficiente.

No que respeita ao tipo de produtos que vendem, entre outros, está o tomate, a alface, a couve, a cenoura, o repolho, a batata-doce, a batata-reno, o peixe, o sal, o carvão, a roupa usada (vulgo xikalamidade), óleo de cozinha e bebida alcólica de fabrico caseiro. Para aquisição destes produtos elas se deslocam a vários pontos da cidade e bairros, como, por exemplo, Tchungamoyo<sup>28</sup> do Goto, Maquinino (mercado central), Munhava, Manga, etc., em busca destes produtos a preços que acham acessíveis para a revenda.

A prática desta actividade do comércio informal, dadas as condições de precaridade económica das nossas entrevistadas, agravadas pela impossibilidade de acederem a pequenos créditos, não permite que façam acumulação do dinheiro, para posterior reinvestimento em negócios de grande vulto. Daí que a actividade esteja voltada somente para a sobrevivência da família.

---

<sup>28</sup> Maior centro do comércio informal, localizado no bairro do goto.

E em termos de caracterização, tal como acontece em todas as cidades do país, é uma actividade que é praticada em qualquer sítio onde haja mínimas condições para tal. Isto é, na esquina e cruzamentos de estradas mais movimentadas, praças, espaços de maior concentração do público, à porta da casa, para além da venda ambulante, geralmente, de amendóim, doces, roupa, palha de aço e do pão. A intensidade deste tipo de actividade assenta nas redes sociais, a vários níveis, existentes nos bairros.

A entrada das mulheres no sector informal é ditada, principalmente, pela necessidade de se proverem, como nos referimos anteriormente, do necessário para a manutenção da unidade doméstica de que são únicas responsáveis, isto é, elas é que desempenham, simultaneamente, o papel de chefes de agregado familiar e de mães.

#### **10.1.4. A Assistência Social do estado**

No caso moçambicano, "o papel do Estado Moderno não é (ainda) entendido na sua plenitude pelos indivíduos e pelas comunidades, nem no ordenamento jurídico nem no económico. Não só porque comporta instituições que o cidadão comum tem dificuldades de se aproximar e manejar, mas ainda porque estas não são (ainda) funcionais pois não conseguem cumprir o papel que deviam, ou seja, não prestam os serviços nos moldes desejados ou esperados (...).

Os indivíduos e as comunidades funcionam, assim, numa informalidade funcional dos actos e das acções, criando e usando um capital social assente nos contornos de uma tradição, por vezes muito velha, por vezes muito recente, criada ou (re) inventada, utilizada no dia-a-dia para a sobrevivência, pois a vida diária da maioria é a luta pela sobrevivência ..." (IRAÊ, B. Lundin, 2000: O Estado, as elites e as comunidades, p:8).

Esta é, evidentemente, a realidade da maioria dos moçambicanos que no seu quotidiano procura (re)encontro com o Estado-Providência, no sentido de encontrar situações de encorajamento nas suas multifacetadas formas de luta pela sobrevivência. E de forma particular, está o caso das nossas entrevistadas que, também, e segundo os seus

depoimentos, gostariam de ter no Estado o agente facilitador nos seus processos de luta pela sobrevivência sua e dos seus dependentes.

Apesar da situação anteriormente descrita, em relação ao caso do Estado Moçambicano, algumas instituições estatais, como é o caso do Instituto Nacional da Acção Social (INAS), esforçam-se em atenuar situações de degradação sócio-económica da grande maioria das populações, dando apoios, embora não permanentes, mas pontuais.

O Estado, neste caso concreto, e através das suas instituições, como dizíamos, por exemplo, o INAS, procura dentro das suas capacidades e junto dos indivíduos que por vários motivos não podem contar consigo mesmos para o seu sustento, provê-los do necessário para a sua sobrevivência.

Aqui pretende-se apontar para aquilo que seriam as funções destas instituições do Estado que, obviamente, se ligam a formas de assistência directa ou indirecta destes indivíduos. As mulheres que foram objecto do nosso estudo são, também, parte dos indivíduos sem grandes possibilidades de obter ganhos próprios.

Mas o que é, de facto, o INAS? O INAS é uma instituição do Estado, como nos referimos anteriormente, adstrita ao Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social, criado pelo Conselho de Ministros, através do Decreto n° 28/97<sup>29</sup>, de 10 de Setembro.

De entre as suas atribuições, consta garantir a assistência social e económica directa ou outra julgada necessária aos grupos ou indivíduos mais carentes e impedidos de, por meios próprios, conseguir a satisfação das suas necessidades básicas. (Idém).

Um outro dispositivo legal, à luz do qual actua o INAS é o Decreto n°16/93<sup>30</sup>, de 25 de Agosto, que cria o subsídio de alimentos e o Gabinete de Apoio à população Vulnerável.

---

<sup>29</sup> BR n°37, I série, 2°suplemento do dia 11 de Setembro de 1997

<sup>30</sup> BR n°34, I serie, suplemento do dia 25 de Agosto de 1993

Na administração da política social, o INAS têm como grupos-alvo nomeadamente a criança em idade pré-escolar, a criança em situação difícil, a mulher carente, a pessoa deficiente, etc. (Resolução nº12/98 de 9 de Abril, do Conselho de Ministros, pgs 5-6).

Numa só palavra e segundo o INAS, são beneficiários desta instituição de acção social "os indivíduos ou grupos de indivíduos indigentes e impedidos de se autosustentarem" (INAS/ papel e filosofia, Maio de 1998; p.10)

Neste âmbito de acção social e segundo dados que nos foram facultados pelo INAS, de 1997 a 1999 foram apoiados 107.483 indivíduos (dados não desagregados por sexo). De 2000 a 2003 foram apoiados 280.479 indivíduos, dos quais 185.207 de sexo feminino em todo o país, com maior destaque as zonas rurais (INAS, dados estatísticos referentes a todos os programas: 2004, Maputo).

São programas de INAS os seguintes: Subsídio de alimento, benefício social para trabalho e geração de rendimento.

Em relação ao grupo-alvo, conforme nos referimos anteriormente, estão os idosos, doentes crónicos, mulheres chefes de agregado familiar, mulheres grávidas sem grandes posses e outros, cuja incapacidade de se proverem do mínimo para sobreviver esteja devidamente comprovada.

Para alguns autores como Santos (1995) as redes sociais têm significado em oposição ao Estado-providência que nunca atingiu o seu pleno desenvolvimento, na medida em que se enaltece a existência de outros e diferentes moldes de providência numa sociedade, o que concorrem para fazer frente às necessidades sempre crescentes.

As diferentes formas de providência societal que se articulam com as formas de providência estatal, constituem a "sociedade-providência" caracterizada por teja de:

"(...) redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de interajuda baseada em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil (...)" (Santos:11).

Pode, assim, dizer-se que se de um lado está a sociedade civil/sociedade providência, de outro, está o Estado-Providência que, no caso concreto procura, à medida do possível, fazer sentir-se nos indivíduos, nos grupos de indivíduos, comunidades, a vários níveis, através das suas diversas instituições, à luz de administração de políticas de acção social.

No entanto, nem todas as mulheres, por nós entrevistadas, têm informações da existência destas instituições estatais, voltadas para a acção social, vista como estando constituída numa política de acção assumida pelo Estado e assente em moldes tais que deveriam permitir a divulgação dessas mesmas acções junto dos grupos-alvo.

O que acontece muitas vezes é que as pessoas ficam num total desconhecimento, como é o caso da maioria das nossas entrevistadas, tanto da existência destas instituições, bem como dos seus objectivos. Não existe a necessária e abrangente divulgação dos programas e das acções que eles contêm, havendo excepção de situações isoladas.

O depoimento da senhora R. Vinte, no dia 20.04.03, ilustra um pouco o que acima acabamos de afirmar:

" Não é fácil para uma mulher viúva, sem emprego e com filhos, sustentar a casa. Meu marido morreu há sete anos, desde então, tudo está sob a minha responsabilidade. Eu é que tenho que dar de vestir, arranjar dinheiro para comprar roupa, cadernos e tudo o resto. Os meus filhos ficam, às vezes, sem uma única refeição num dia. A única fonte de rendimento que tenho é a venda de biscoitos que nem sempre dão o suficiente para aguentar o dia inteiro, para não falar de semana, do mês, enfim. E por eu saber da importância de as crianças irem para escola, tenho lutado por isso, mesmo que não tenham, por exemplo, sapatos, explico-lhes que o importante é que entendam que devem

estudar, para um dia serem capazes de superar estas dificuldades de vida com relativa facilidade".

"Fui à Acção Social pedir apoio, para os meus filhos estudarem e consegui obter para um que neste momento estuda à custa da Acção Social, isso já é muito bom para mim, tendo em conta a situação em que me encontro. Acredito que somos muitas nestas condições e o nosso Estado, provavelmente, não tem capacidade suficiente para responder a todas as solicitações de apoio de muitos de nós e nem sequer se apercebe disso ...".

Aqui, como se pode ver, o Estado constitui um outro nível a que as nossas entrevistadas, em particular, e todos os indivíduos, em geral, recorrem para cada um a seu modo e à medida do possível, encontrar nele as formas de minorar os seus problemas diários.

Diante desta realidade social que caracteriza o sentido da acção das mulheres chefes de agregado familiar, nas quatro categorias sociais, apresentando multifacetadas formas de busca de recursos para o sustento e, obviamente, para a reprodução social da família monoparental, estamos de acordo com Mafeje (1991) citado por Arthur e Loforte (1995:7) quando diz que " nos países capitalistas desenvolvidos um só indivíduo é capaz de ser auto suficiente pelo alto poder de compra que tem, nos países de capitalismo periférico- como o nosso- com o baixo valor atribuído à mão-de-obra, a sobrevivência depende da possibilidade e da capacidade de partilhar recursos e desenvolver estratégias de grupo".

Por desconhecimento, muitas mulheres, segundo nos disseram as trinta mulheres por nós entrevistadas, ainda não puderam ter acesso ao INAS, para beneficiarem do apoio que necessitam para minorar as dificuldades do dia-a-dia.

#### **10.1.5. DIFICULDADES ENCONTRADAS NO CAMPO**

No que respeita a dificuldades encontradas antes e durante a pesquisa de campo, de destacar o facto de o tempo ter sido escasso (duas semanas) e o início dos trabalhos ter dependido da vontade das autoridades locais, desde o nível central municipal até à base;

e tempo chuvoso, principalmente. Tudo isto contribuiu para que o trabalho decorresse em condições relativamente difíceis.

Tal facto nos leva a afirmarmos que os elementos empíricos colhidos no terreno, poderiam ter sido mais aproximativos da realidade social que caracterizam a vida das quatro categorias de mulheres chefes de agregado familiar, nos dois bairros periféricos da cidade da Beira, se os tais factores constrangedores não se fizessem sentir tanto.

## 11. CONCLUSÕES PRELIMINARES

As mulheres chefes de agregado familiar, nas quatro categorias sociais, são uma realidade que se apresenta sob várias facetas, consoante o meio social em que estão inseridas. No caso vertente, trata-se de mulheres que no dia-a-dia se fazem presentes tanto no espaço habitual, o doméstico, como no "público", procurando complementaridades ao seu parco rendimento, única base de sustento seu e dos seus dependentes.

Este projecto de investigação permitiu-nos obter uma percepção das características fundamentais subjacentes a estas mulheres do meio social que circunda a cidade da Beira – bairros de Inhamudima (Chipangara) e Matacuane.

As quatro categorias de mulheres, chefes de agregado familiar, no processo de interacção com os demais agentes sociais, procuram superar as dificuldades que a própria dinâmica da vida social se lhes impõe.

As redes sociais de solidadriedade que estabelecem, a vários níveis, obedecem a estratégias elaboradas e adaptadas às circunstâncias de momento, visando garantir sempre o mínimo de recursos, para o sustento e continuidade da unidade, na qual a figura da mulher assume a direcção de tudo, pelo menos no que respeita ao sustento.

As características sociais e as estratégias foram apreendidas e analisadas tendo em conta as suas especificidades, isto é, as mulheres não foram vistas como sendo grupos homogêneos, mas como grupos no interior dos quais constata-se experiências, por vezes, divergentes, porque divergentes são os interesses, as trajetórias e as expectativas na vida das mulheres sós.

O parentesco que é de capital importância no meio rural, é outro exemplo das redes sociais, pois é ele que organiza, estrutura e assegura o sucesso do processo de interações sociais; no caso das mulheres aqui em alusão, vivendo no meio peri-urbano, a vizinhança com ou não parentes consanguíneos ou colaterais, constitui o elo privilegiado de reprodução social das unidades domésticas, à frente das quais estão só elas, como únicas provedoras do sustento.

As instituições do Estado entram no conjunto das estratégias destas mulheres, às quais recorrem de forma isolada, impelidas por razões sócio-económicas específicas. No entanto, nem todas têm informações sobre onde e quais são as funções dessas instituições na sociedade em geral. Os mecanismos internos dessas instituições, para a divulgação dos seus objectivos, não são de alcance suficiente para serem entendidas pelas camadas menos letradas, como é o caso das mulheres dos bairros de Inhamudima e Matacuane.

O mercado informal e a pequena machamba são as únicas fontes de um parco rendimento com o qual estas mulheres sustentam os seus dependentes que não raras vezes integram, para além dos filhos, outros parentes adultos, no caso específico, podem ser os pais, irmãos ou irmãs.

Este projecto não levou em conta uma análise comparativa entre os agregados chefiados por homens e aqueles à frente dos quais estão só mulheres, como é o caso das quatro categorias, objecto do nosso estudo, por forma a que pudessemos constatar motivações, características específicas e as semelhanças ou diferenças das dinâmicas endógenas que neste caso funcionam como força propulsora do seu desenvolvimento.

Durante as duas semanas que durou a nossa pesquisa de campo, quisemos aproveitar o máximo deste tempo, concentrando-nos, unicamente, no objecto que tínhamos previamente definido, no caso vertente, **análise das características sociais, das estratégias adoptadas pelas mulheres chefes de agregado familiar para a sua sobrevivência**. Este é o que foi o propósito do nosso trabalho de investigação nos dois bairros periféricos da cidade da Beira.

De qualquer modo e uma vez projecto de pesquisa e não tese, os dados empíricos aqui incorporados dão luz a possíveis pistas, para trabalhos futuros, no sentido de se aprofundar a problemática das mulheres chefes de agregado familiar, nas quatro categorias sociais nos dois bairros, em particular e no país inteiro, em geral.

É nosso interesse darmos continuidade, no futuro, a este estudo de forma mais abrangente e profunda possível, porque conscientes estamos de que esta problemática é complexa e actual, necessitando, por isso, de interpretações teóricas mais específicas a partir de factos empíricos credíveis, como uma forma de dar importante contributo na luta pela mudança de mentalidades na nossa sociedade em geral.

Quer dizer, reconhecendo a existência de limitações neste projecto de investigação, pelas razões não só ligadas à escassez do tempo, mas principalmente pelo facto de o universo de (30) mulheres usado para o presente projecto não ser muito representativo; gostaríamos, por isso, de aprofundar as questões aqui abordadas e formular novas hipóteses que orientem de forma mais abrangente e profunda possível a nossa pesquisa. É este o desafio que nos propomos realizar, com vista a alcançarmos horizontes académicos cada vez mais aproximativos da necessária objectividade.

Gostaríamos, como nos referimos anteriormente, de dar continuidade a este projecto, por exemplo, fazendo um estudo comparativo de situações em que se têm, de um lado, as mulheres à frente de unidades domésticas e, de outro, os homens; tendo como objectivo central conhecer as capacidades de uns e de outros de liderar os agregados familiares e

conhecer quais as semelhanças e divergências de estratégias de luta pela continuidade da família e até que ponto a problemática das relações de género é assumida nos dois grupos de actores sociais.

Entre os filhos de uns e de outros haverá diferenças de comportamentos, porque uns contam apenas com a presença de suas mães como garante da sua sobrevivência e outros têm os pais? Haverá diferenças acentuadas na maneira como estes filhos se assumem dentro da sala de aulas? Ou todos se consideram simplesmente crianças e mais nada? As mães terão algum sentimento de culpa perante esta realidade? Seriam estas e outras situações que nesse estudo poderiam constituir objecto privilegiado do nosso estudo a favor da luta pela igualdade de género em Moçambique.

**BIBLIOGRAFIA**

- AUGÉ, Marc (1978). Os Domínios do Parentesco – Filiação, Aliança Matrimonial, Residência. Edição 70. Lisboa;
- ARON, Raymond. (1982). As etapas do pensamento sociológico. Editora Universidade de Brasília. SP;
- ALBORCH, Carmen.(2000). Mulheres sós; Prazeres e Sombras de uma maneira de viver. Editorial Presença. 1ºEd.
- BERNARDI, Bernardo.(1874). Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos. Perspectiva do Homem. Edições 70. Franco Angeli Editora. Milão;
- BRAY DON, C. & CHANT.(1989). Women in the third world – Gender Issues in Rural and Urban Areas. Published by Edward Elgar Publishing Limited. England;
- BARNES, J.A. (1987). Redes Sociais e Processo Político-----  
-----
- COLLIER, Edda Van den Bergh (2001). Em direcção à igualdade de género em Moçambique. ASDI. Maputo;
- COPANS, Jean. et al.(1971). Antropologia Ciência das Sociedades Primitivas? Edições 70,Lda. Lisboa –Portugal;
- DE ALENCAR, Eunicé M. L. Soriano.(1985). A criança na Família e na Sociedade. Vozes Petrópolis;

DE OLIVEIRA, S. Luís.(1997). Tratado de Metodologia Científica. Editora Pioneira. SP;

DOS MUCHANGOS, Aniceto.(1989).In Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique. N° 6 Especial. Pp: 1-404;

FREUND, Julien (1987). Uma outra maneira de abordar as ciências sociais. In Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Terceira Série. Vol XXIII. Lisboa. Pp: 1- 200;

FUNDAÇÃO GETULIO VARGA.(1986). DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. RJ;

FOX, Robin.(1986). Parentesco e Casamento. Uma Perspectiva Antropológica. Assírio Bacelar. Lisboa;

GODELIER, Maurice. (1973).Horizontes do Homem. Edições 70. Lisboa;

GALLIANO, A. Guilherme.(1981). Introdução à Sociologia. Editora Harbra Ltda. SP;

HONWANA, Alcinda M.(2002). Os Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-guerra no Sul de Moçambique. Promédia. Maputo;

ISAACMAN, B. & Stephan . (1979). 1981. Moçambique: A mulher, a lei e a Reforma Agrária. Nações Unidas. Comissão Económica para a África.

INE.(1999). II Recenseamento Geral da População e Habitação – Resultados Definitivos: Província de Sofala. Editor INE. Maputo;

IRAE, Baptista Lindun (2000).O Estado, as elites e as comunidades- Reflexões sobre um contrato social funcional entre as partes: o caso de Moçambique. Mensal-----  
-----

LAPLANTINE, F. (1991). Aprender Antropologia. 5ª Ed. Editora Brasiliense. SP;

LOFORTE, Ana Maria et al. (1988). O Estatuto da Mulher em Moçambique. OMM/UNICEF. Maputo;

LOFORTE, Ana Maria. (2000). Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique. Promédia. Maputo;

LOFORTE, Ana Maria & Arthur, Maria José. (1995). Família em contextos de Mudança. CEA/UEM. Faculdade de Letras. Maputo;

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1993). Antropologia Estrutural Dois. 4ª edição. Edições Tempo Universitário Ltda. RJ;

MACHAIEIE, Emília (1997). Algumas Considerações Sobre a Mulher no Sector Informal: O caso do mercado Bazuka, cidade do Maputo, 1987/1997 (tese de Licenciatura)

MAC RAE, Donald G. (1974). As ideias de Weber. Editora cultrix.SP;

MAFESOLI, M. (1976). Lógica de dominação. Zahar Editores. RJ;

MENDES, M. José de Oliveira. (1994). As identidades Sociais. Como políticas, como estratégias. O caso dos Açores. In Revista de Ciências Sociais. N° 40. Coimbra;

NAZARÉ, Domingas, (s/d). Sector Informal em Angola -----

MARGARETH, Peil & SADA (1984). African Urban Society. Jhon Wiles and Sons Ltd. London

OSÓRIO, Conceição. (1998). "Diferenças e Complementaridades". In Relações de Género em Moçambique. Editora DAA,UEM- Ana Maria Loforte /Maria José Arthur. Maputo;

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1996). Género, Pobreza e Emprego – guia para a acção. Genebra. pp: 1-70;

PINTO, José M.(1991). Condições sobre a produção social de identidade: In Revista crítica de Ciências Sociais. N°32. Porto;

PORTUGAL, Sílvia "As mãos que embalam o berço. Estudos sobre as redes informais de apoio à maternidade" In Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra: CES, n°42, Maio 1995, pp 153/178;

QUIVY, RAYMUND. (1988).1992. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Grávida Publicações, Lda. 1° Ed. Lisboa;

RITA-FERREIRA, A. (1967/8).Os africanos em Lourenço Marques. Lourenço Marques: I.I.C.M.Série C.Vol.09;

SANTOS, Boaventura de Sousa : "Sociedade providência ou autoritarismo social?" In Revista crítica de Ciências Sociais. Coimbra: CES, n°42, Maio 1995, I/V;

SERRA, Carlos. (Org.)(1998). Estigmatizar e Desqualificar – casos, análise, encontros. Livraria Universitária – UEM. Maputo;

SERRA, Carlos.(1997). Novos Combates pela Mentalidade Sociológica. Livraria Universitária. UEM. Maputo;

SEGALENE, Martin. (s/d) Sociologia da Família. Terramar

SCOTT, Joan. (1989). Género: uma categoria útil para análise histórica- (tradução). Texto original: SCOTT, J.(1989) – Gender: An useful category of historical analyses: gender and the politycs of history. Columbia University Press. New York.;

Weber, MAX.(1987). Conceitos Básicos de Sociologia. Editora Moraes. 1 ° Ed. SP.;

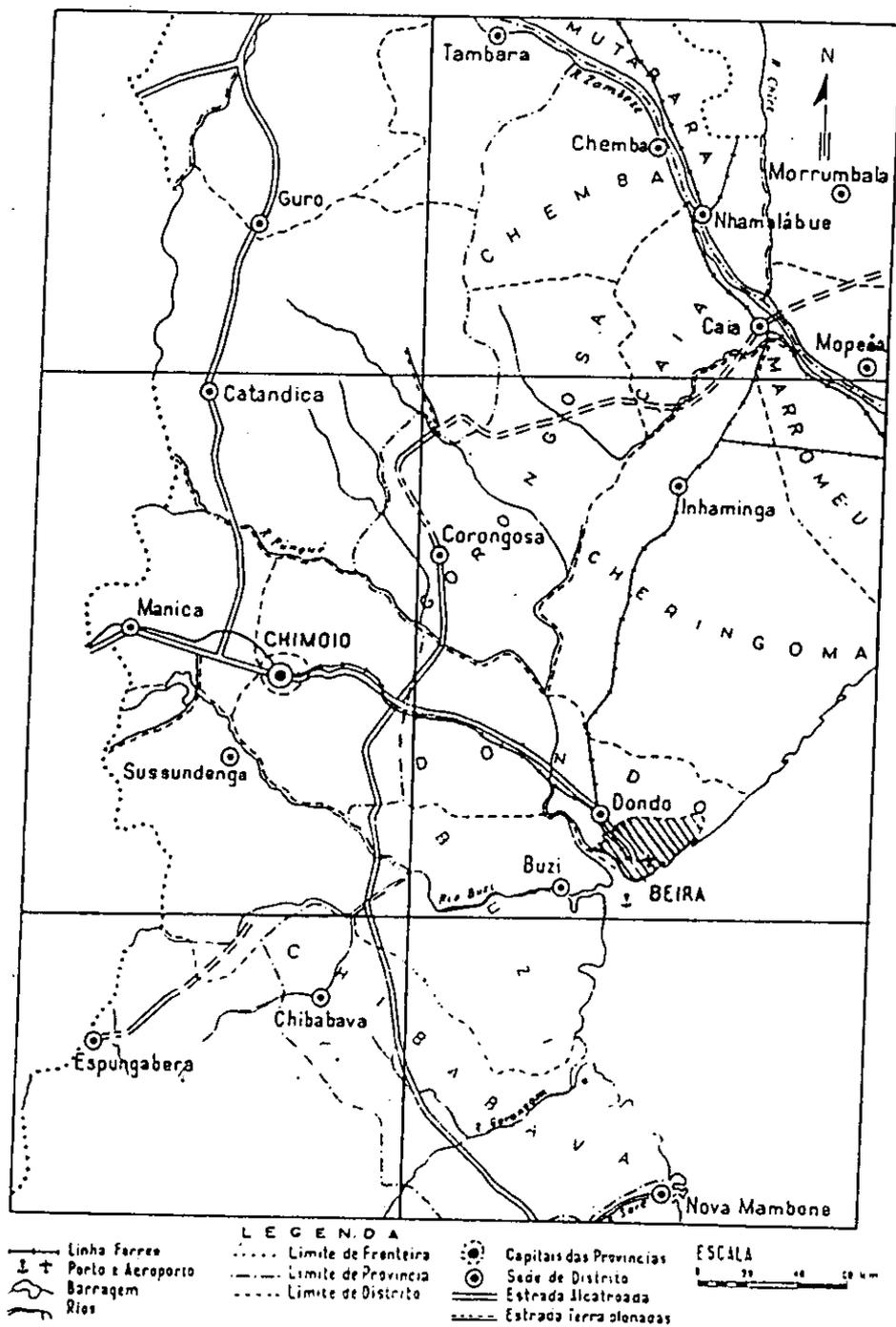
WLSA MOÇAMBIQUE.(2001). A mulher e a lei na África Austral – Investigação e educação: Famílias em contexto de mudanças em Moçambique. 2ª edição. Dept° de Estudos de Mulher e Género. CEAUEM. Maputo;

WLSA MOÇAMBIQUE. (2003). Outras Vozes. Women and law in Southern África n° 2. Maputo.

# ANEXOS

MAPA

Mapa 1: Enquadramento Geográfico da Cidade da Beira



## GUIÃO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

A trinta (30) mulheres residentes nos bairros de Inhamudima e Matacuane

1. A senhora vive neste bairro há quanto tempo?
2. De onde é natural?
3. A senhora está integrada numa família alargada aqui no bairro ou apenas tem vizinhos com quem travou conhecimento aqui no bairro?
4. Quais foram as causas que a levaram a viver sem o pai das crianças?
5. Como sustenta os seus filhos?
6. Tem alguma fonte de rendimento segura?
7. Qual é o comportamento dos vizinhos (no caso em que não são parentes nem consanguíneos nem afins) para consigo?
8. Nos seus esforços pela sobrevivência sua e dos seus filhos sente-se inferiorizada perante os homens?
9. Ao lado das mulheres em situação diferente da sua como constroem a sua identidade e como é correspondida por elas?
10. Acha que a falta de um marido tira-lhe a possibilidade de educar os seus filhos?
11. Os seus parentes (pais e outros) têm procurado dar apoios materiais ou mesmo morais?
12. Que pensa fazer no futuro, quer continuar assim ou acha que um dia vai precisar de viver com um homem?
13. Quais as perspectivas em relação à vida futura dos seus filhos?
14. Entre mulheres, vivendo na mesma situação que a senhora, tem havido alguma cooperação, no sentido de entreajuda?
15. Como passa os seus tempos livres?
16. Como é que a senhora se sente na situação em que está de chefe de família?
17. Que é que as pessoas dizem da senhora, como chefe de família?

18. A senhora conta com apoios de várias pessoas das suas relações?
19. Que tipo de apoios recebe?
20. A decidir-se voltar a viver com um homem que tipo de homem quereria?  
(situação social, económica, religiosa, etc.)

**LISTA DOS ENTREVISTADOS**

	<b>Bairro</b>
1. S <sup>a</sup> . Teresinha Manuel	Inhamudima
2. S <sup>a</sup> . Judite Sara Francisco Vilanculo	Inhamudima
3. S <sup>a</sup> . Floriana Chieto Mefume	Inhamudima
4. S <sup>a</sup> . Elsa Gabriel Diogo	Inhamudima
5. S <sup>a</sup> . Amélia Prafino	Inhamudima
6. S <sup>a</sup> . Helena José	Inhamudima
7. S <sup>a</sup> . Laura João	Inhamudima
8. S <sup>a</sup> . Gloria Francisco	Inhamudima
9. S <sup>a</sup> . Teresa Fernando	Inhamudima
10. S <sup>a</sup> . Flora Herculano	Inhamudima
11. S <sup>a</sup> . Zarina Domingos	Inhamudima
12. S <sup>a</sup> . Florência Manuel	Inhamudima
13. S <sup>a</sup> . Amélia Joaquim Josefa	Inhamudima
14. S <sup>a</sup> . Angelina Gomane	Inhamudima
15. S <sup>a</sup> . Julieta António	Inhamudima
16. S <sup>a</sup> . Maria Rosa	Matacuane
17. S <sup>a</sup> . Rosa Vinte	Matacuane
18. S <sup>a</sup> . Carlota Muchona	Matacuane
19. S <sup>a</sup> . Saulima Aulésio	Matacuane
20. S <sup>a</sup> . Apolónia Tiago	Matacuane
21. S <sup>a</sup> . Elsa Gabriel	Matacuane
22. S <sup>a</sup> . Glória Francisco	Matacuane
23. S <sup>a</sup> . Teresa Bento	Matacuane
24. S <sup>a</sup> . Amélia Branquinho	Matacuane
25. S <sup>a</sup> . Zefa Massala	Matacuane
26. S <sup>a</sup> . Floriana Albino	Matacuane
27. S <sup>a</sup> . Teresa Fernando	Matacuane
28. S <sup>a</sup> . Luisa Alumbe	Matacuane
29. S <sup>a</sup> . Anita Zeca	Matacuane
30. S <sup>a</sup> . Rosa Augusto	Matacuane